

Vera Lúcia Coutinho Neiva

Caracterização da abordagem dos técnicos da Comissão de
Proteção de Crianças e Jovens face à situação de perigo

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2014

Vera Lúcia Coutinho Neiva

Ass. _____

Caracterização da abordagem dos técnicos da Comissão de
Proteção de Crianças e Jovens face à situação de perigo

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de
Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando
Pessoa, por Vera Lúcia Coutinho Neiva, como parte dos
requisitos para a obtenção do grau de Mestre em
Psicologia Jurídica, sob orientação da Professora
Doutora Sónia Caridade.

Agradecimentos

Aos meus pais e irmão

À minha avó

Ao Filipe

Às colegas de curso

Aos Professores

À minha orientadora, Professora Doutora Sónia Caridade

À Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Póvoa de Varzim

A todos eles um especial agradecimento pelo seu papel ao longo de todo este percurso.

Pela oportunidade, fé, dedicação, apoio, aprendizagem, empenho e companheirismo.

Obrigada!

Eu acredito que preciso de mudar.

Penso em mudar.

Eu já estou mudado e descubro que realmente não mudo.

Eu apenas me descubro mais.

Anónimo

Resumo

A tendência dominante na intervenção com crianças e jovens em risco parece ser a de se focalizarem nos fatores de risco, descurando-se a importância dos fatores protetivos. Este trabalho tem como objetivo principal analisar e caracterizar a abordagem efetuada pelos técnicos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Póvoa de Varzim face às situações de perigo, procurando-se perceber a importância conferida pelos técnicos aos fatores de risco e de proteção aquando da intervenção. Para tal, foram analisados 364 processos da CPCJ da Póvoa de Varzim, no período compreendido entre 2011 e 2012, e procedeu-se à realização de uma entrevista semiestruturada junto de quatro técnicos que integram a referida CPCJ, de diferentes áreas científicas, e com idades compreendidas entre os 34 e 53 anos. Verificou-se que os técnicos conferem uma elevada importância ao trabalho multidisciplinar e à articulação efetuada com outras entidades. Verifica-se também uma necessidade de identificar corretamente as problemáticas e as suas características. Embora se debrucem mais sobre os fatores de risco, verifica-se também uma valorização crescente aos fatores de proteção.

Em investigações futuras considera-se importante a aposta na criação de novos modelos que potencializem as competências dos indivíduos e não se centrem somente nas incapacidades e nos défices.

Palavras-chave: CPCJ; Intervenção; Fatores de Risco; Fatores de Proteção.

Abstract

The dominant trend in intervention with children and youth at risk seems to be the focus on risk factors. This work main goal is to analyze and characterize the approach made by the professionals of the Commission for the Protection of Children and Youth of Póvoa de Varzim regarding danger situations, understanding the importance given to risk and protection factors during the intervention by the professionals. To do so, 364 processes of CPCJ Póvoa de Varzim were analyzed for the period between 2011 and 2012, and proceeded to conduct a semi structured interview with four professionals who all part of that CPCJ, different scientific areas, and aged between 34 and 53 years. It was found that they confer a high importance to the articulation and multidisciplinary work performed with others entities. There is also a need to identify the problem and its characteristics. Although they focus more on the risk factors, it is confirmed a growing appreciation of the protective factors.

In future research it is considered importante to focus on creating new models that enhance the skills, and not focus only on disabilities and deficits.

Keywords: CPCJ, Intervention, Risk Factors, Protective Factors.

Índice

INTRODUÇÃO	1
PARTE I – Enquadramento Teórico	4
1. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	5
1.1. Âmbito de atuação	5
1.2. Funcionamento e intervenção	6
1.3. Articulação	9
1.4. Medidas de promoção e proteção	11
1.5. Caracterização da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Póvoa de Varzim.....	13
1.6. Síntese integrativa	14
2. Situações de perigo detetadas nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens	16
2.1. Tipologia dos maus tratos infantis	17
2.1.1. Mau trato físico	18
2.1.2. Abuso sexual	19
2.1.3. Negligência	20
2.1.4. Mau trato psicológico	22
2.2. Características e intervenção	24
2.3. Síntese integrativa	25
3. Relevância dos fatores de risco e de proteção na intervenção: evidências científicas.....	27
3.1. Fatores de risco	28
3.2. Fatores de proteção	31

3.3. Resiliência e proteção	34
3.4. Síntese integrativa	39
PARTE II – Estudo Empírico	41
1. Introdução	42
2. Método	43
2.1. Amostra	43
2.2. Instrumentos	45
2.3. Procedimentos	46
2.4. Análise dos resultados	47
3. Apresentação dos resultados	49
3.1. Apresentação dos resultados obtidos através da análise documental dos processos de promoção e proteção da CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012	49
3.1.1. Estado e sinalização	49
3.1.2. Caracterização sociodemográfica da criança/jovem e respetivo agregado familiar	54
3.1.3. Medidas de promoção e proteção aplicadas, problemáticas e fatores identificados	60
3.2. Apresentação dos resultados obtidos através da administração do guião de entrevista	66
3.2.1. Dinâmica e funcionamento	67
3.2.2. Características da intervenção	70
3.2.3. Obstáculos e desafios presentes no trabalho desenvolvido na CPCJ ...	74
3.3. Síntese dos resultados	75

4. Discussão dos resultados	78
CONCLUSÃO	84
Referências bibliográficas	86
ANEXOS	92
Anexo A – Pedido de Autorização dirigido à Presidente da CPCJ da Póvoa de Varzim	93
Anexo B – Protocolo de investigação	95
Anexo C – Grelha de registo para análise documental	100
Anexo D – Declaração de consentimento informado	105
Anexo E – Questionário sociodemográfico	106
Anexo F – Guião de entrevista semiestruturada e semidiretiva	107

Índice de figuras

Figura 1. Esquema do princípio de subsidiariedade	8
--	---

Índice de quadros

Quadro 1. Dados sociodemográficos dos participantes	44
Quadro 2. Categorias, subcategorias e subcategorias específicas de análise	66

Índice de gráficos

Gráfico 1.	Número de processos de promoção e proteção instaurados na CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012 ...	50
Gráfico 2.	Estado atual dos processos instaurados na CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012	50
Gráfico 3.	Motivo de arquivamento dos processos instaurados na CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012	51
Gráfico 4.	Modalidade de contacto disponível na CPCJ da Póvoa de Varzim para sinalização de situações de perigo	52
Gráfico 5.	Entidades que sinalizaram situações de perigo à CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012	53
Gráfico 6.	Sexo da criança/jovem dos processos instaurados na CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012	54
Gráfico 7.	Idade da criança/jovem dos processos instaurados na CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012	55
Gráfico 8.	Agregado familiar da criança/jovem com processo ativo na CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012	56
Gráfico 9a.	Existência de irmãos nas crianças/jovens com processo ativo na CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012	57
Gráfico 9b.	Número de irmãos nas crianças/jovens com processo ativo na CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012 ...	57
Gráfico 10.	Poder paternal exercido nas crianças/jovens com processo ativo na CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e	58

2012	
Gráfico 11. Situação escolar das crianças/jovens com processo ativo na CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012	58
Gráfico 12. Tipologia de ensino das crianças/jovens com processo ativo na CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012	59
Gráfico 13. Processos ativos na CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012 com medida de promoção e proteção aplicada	60
Gráfico 14. Medidas de promoção e proteção aplicadas nos processos ativos da CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012	61
Gráfico 15. Problemáticas identificadas nos processos ativos da CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012 e com medida de promoção e proteção aplicada	62
Gráfico 16. Fatores de risco e de proteção identificados nos processos ativos da CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012 e com medida de promoção e proteção aplicada	64
Gráfico 17. Problemáticas mais sinalizadas segundo as técnicas que integram a CPCJ da Póvoa de Varzim	68
Gráfico 18. Indicadores considerados mais relevantes analisar/identificar aquando da avaliação dos processos segundo as técnicas que integram a CPCJ da Póvoa de Varzim	70
Gráfico 19. Características presentes na CPCJ da Póvoa de Varzim segundo as	74

técnicas que a integram

Índice de Siglas

CNPCJR – Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

ECMIJ – Entidades de Competência em Matéria de Infância e Juventude

EMAT – Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais

GNR – Guarda Nacional Republicana

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

MP – Ministério Público

PSP – Polícia de Segurança Pública

Introdução

A família é a principal entidade responsável pelo cumprimento e promoção dos direitos da criança, contudo, caso esta não os satisfaça, compete ao Estado e à sociedade intervir. Muitas têm sido as instituições que apoiam crianças vítimas de maus-tratos e trabalham no sentido de cessar o perigo existente. Uma dessas instituições é a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens cuja unidade territorial de intervenção é local.

No que diz respeito ao mau trato, este é o resultado de vários fatores que interagem dentro e fora do sistema familiar; resulta de um intercâmbio dinâmico entre as condições individuais e sociais, as características e circunstâncias prévias dos pais, as características das crianças e a sua capacidade de adaptação; trata-se portanto de um fenómeno multicausal (Cecconello, 2003; Costa & Sani, 2007; De Antoni, 2005; Ferreira, 2010; Machado & Gonçalves, 2008; Maia & Williams, 2005; Matos, Gonçalves, & Machado, 2011; Monteiro & Soeiro, 2012; Sani, 2006; Sierra & Mesquita, 2006)

A tendência dominante na investigação das crianças e jovens em risco parece ser a de se estudar e tratar, de maneira sistemática e separada, diversos fatores de risco. Contudo, a literatura, desde finais dos anos 80, tem vindo a estudar os fatores de proteção e a salientar a sua importância na proteção e promoção dos direitos das crianças e jovens (Martins, 2004; Pesce, Assis, Santos, & Oliveira, 2004; Ribeiro & Sani, 2009; Richman & Fraser, 2001; Rutter, 1989; Werner, 2011).

Foi a partir desta ideia que surgiu o interesse de perceber e caracterizar o tipo de “Abordagem dos Técnicos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens face à situação de perigo”. Este estudo tem em consideração alguns desses estudos que têm vindo a salientar que para uma melhor intervenção, torna-se necessário ter em conta não só os fatores de risco de forma a eliminá-los, mas também perceber quais os fatores de proteção para os poder potenciar.

A nível pessoal, este estudo torna-se pertinente na medida em que consideramos importante estudar os mecanismos mais eficazes para melhorar as intervenções aplicadas a crianças e jovens e respetivas famílias.

Trata-se de um estudo que segue um desenho exploratório, descritivo e transversal. O principal objetivo deste estudo é caracterizar a abordagem que o técnico da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens privilegia na sua intervenção. Os objetivos específicos são: caracterizar a população alvo da CPCJ da Póvoa de Varzim; identificar as medidas de promoção e proteção mais aplicadas; identificar as problemáticas mais sinalizadas; identificar os fatores de risco e de proteção mais reconhecidos nas crianças e jovens sinalizados; analisar a importância dada aos fatores de risco e de proteção no plano de intervenção; analisar a importância dada ao conceito de resiliência no processo de intervenção; perceber a importância da multidisciplinariedade e da articulação com outras entidades no trabalho desenvolvido na CPCJ; identificar obstáculos presentes no trabalho desenvolvido na CPCJ.

De modo a alcançar estes objetivos procedeu-se, primeiramente, a uma análise processual dos processos entre 2011 e 2012, que decorreram na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Póvoa de Varzim. Esta análise processual foi apoiada por uma grelha de registo de modo a facilitar a recolha de informação. Seguidamente foi administrado um guião de uma entrevista semiestruturada e semidiretiva, construído para o efeito, aos técnicos que integram a CPCJ da Póvoa de Varzim. A amostra deste estudo é assim de natureza não probabilística e por conveniência.

A análise dos dados foi realizada através do recurso ao programa estatístico *IBM SPSS Statistics 22*, tendo-se procedido essencialmente a análises descritivas.

Esta tese de mestrado está organizada em duas grandes componentes: a parte teórica e a parte empírica. Na parte teórica serão descritas as Comissões de Proteção de

Crianças e Jovens, nomeadamente no que diz respeito ao âmbito de atuação, funcionamento e intervenção, articulação e medidas de promoção e proteção. Posteriormente serão identificadas e analisadas as situações de perigo detetadas nas CPCJ. E, por último, serão abordadas investigações que mencionam a relevância dos fatores de risco e de proteção na intervenção.

Na parte empírica será apresentado o estudo empírico, mais concretamente, o método utilizado, a amostra, instrumentos e procedimentos. Por fim, serão apresentados os resultados obtidos, procedendo-se igualmente à discussão teórica dos mesmos, culminando-se com as conclusões gerais, onde procuramos destacar as potencialidades do estudo e as suas limitações.

PARTE I – Enquadramento Teórico

1. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

1.1. Âmbito de atuação

Portugal foi um dos primeiros países a adotar leis específicas para a proteção de menores promulgando a Lei de Proteção à Infância em 1911 (Decreto-Lei de 27 de Maio). No entanto, só a partir de 1974 é que se verificaram avanços significativos nas políticas de infância, tendo sido, nesse sentido, fundadas as Comissões de Proteção de Menores, na sequência do Decreto-Lei nº 189/91 de 17 de Maio, atualmente denominadas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (Tomás & Fonseca, 2004).

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ's) funcionam nos termos da Lei de proteção de crianças e jovens em perigo, aprovada pela Lei 147/99 de 1 de Setembro (Procuradoria-Geral da República). São *instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral* (nº1 do Art.º 12 da Lei 147/99, de 1 de Setembro).

O funcionamento das CPCJ's, e a respetiva lei que as regula, fundamenta-se no princípio de tentar resolver as situações de perigo, às quais as crianças e jovens se encontram envolvidos, fora dos Tribunais e aplicando medidas alternativas à institucionalização (Tomás & Fonseca, 2004).

A criação das CPCJ's, segundo vários autores (Gersão, 1980; Oliveira, 2009; Ribeiro, 2009), foram baseadas em determinados aspetos, entre os quais: evitar a comparência do menor em Tribunal de modo a que este não vivencie uma experiência traumatizante; permitir que as medidas de proteção e promoção sejam aplicadas por técnicos profissionalizados e com preparação técnica; promover a maior proximidade com a família de forma a possibilitar uma maior cooperação que não se verificava com

os tribunais; permitir que a sociedade assuma uma maior responsabilidade de proteger as crianças.

1.2. Funcionamento e intervenção

As CPCJ's são acompanhadas e avaliadas pela Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens, no âmbito do Decreto-Lei nº 98/98 de 18 de Abril e o qual consiste fundamentalmente em: i) proporcionar formação e informação adequada acerca dos direitos da criança/jovem em perigo; ii) formular orientações e diretivas relativas ao exercício de competências das CPCJ; iii) apreciar e promover respostas solicitadas pelas CPCJ's no âmbito do exercício das suas funções; iv) promover e dinamizar programas adequados ao desempenho das competências das CPCJ's; v) promover e dinamizar a celebração de protocolos de cooperação (CNPCJR, 2013).

Estas exercem a sua competência na área do município onde têm sede. No entanto, em municípios com um elevado número de habitantes podem existir várias CPCJ's, como acontece, por exemplo em Lisboa, Porto e Coimbra (Procuradoria-Geral da República, 2013).

As Comissões funcionam em modalidade alargada ou restrita. Na comissão alargada são desenvolvidas ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo, nomeadamente: i) informar a comunidade acerca dos direitos da criança/jovem e sensibilizá-la para os apoiar; ii) promover ações e colaborar com outras entidades competentes de forma a detetar situações que afetem os direitos e interesses da criança/jovem; iii) colaborar com outras entidades competentes com vista a estudar e elaborar projetos de nível preventivo, nomeadamente na prevenção dos fatores de risco e constituição de uma rede de respostas sociais adequadas.

À comissão restrita compete intervir nas situações em que a criança ou jovem está em perigo, nomeadamente: atender e informar todos aqueles que se dirigirem à CPCJ, apreciar as situações e proceder às instruções dos processos, decidir e acompanhar as medidas de promoção e proteção (CNPCJR, 2013; Tomás & Fonseca, 2004).

Atualmente verifica-se a preocupação de integrar nas Comissões técnicos especializados que possuam uma maior capacidade para resolver problemas específicos de forma mais rápida e eficaz (Tomás & Fonseca, 2004). As CPCJ's são constituídas por técnicos de diversas áreas, entre as quais: serviço social, psicologia, direito, educação e saúde, representantes das instituições de solidariedade social ou de organizações não-governamentais, representantes do município ou freguesias, representantes de associações de pais e associações de jovens existentes na área de competência da comissão (Magalhães, 2005).

A intervenção efetuada pelas CPCJ's depende da impossibilidade de atuação das entidades com competência em matéria de infância e juventude removerem o perigo em que a criança/jovem se encontra; do consentimento expresso por parte dos pais, representantes legais ou de quem possua a guarda de facto; da não oposição da criança com idade igual ou superior a doze anos (Magalhães, 2005; Procuradoria-Geral da República, 2013).

As CPCJ's são instituições que aplicam um modelo de proteção através de medidas de promoção e proteção que serão descritas adiante. As intervenções realizadas nas CPCJ's obedecem a determinados critérios ou princípios orientadores de modo a promover os direitos e a proteção da criança e jovem, entre os quais: superior interesse da criança, privacidade, intervenção precoce (efetuada logo que a situação de perigo seja detetada), intervenção mínima (desenvolvida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja ação seja indispensável à promoção e proteção da criança);

proporcionalidade e atualidade (a aplicação de uma medida só deve ser tomada se for estritamente necessária); responsabilidade parental; prevalência da família; obrigatoriedade de informação; audição obrigatória e participação (criança e família têm o direito de serem ouvidas e de participar nos atos e na definição da medida de promoção e proteção); subsidiariedade (deve ser efetuada sucessivamente pelas ECMIJ, CPCJ's e, por último, pelos Tribunais) (Oliveira, 2009; Ribeiro, 2009).

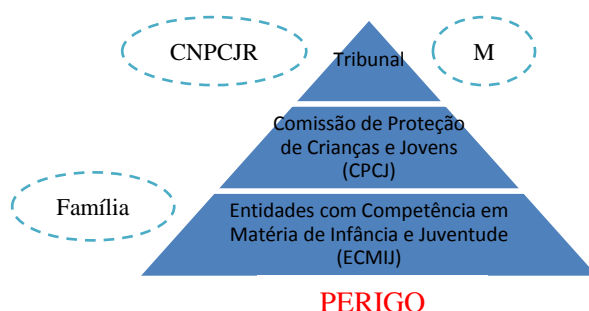


Figura 1. Esquema do princípio de subsidiariedade (adaptado de Ribeiro, 2009).

As CPCJ's têm legitimidade para intervir, segundo a Lei 147/99 de 1 de Setembro, quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto coloque em *perigo a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo.*

Considera-se que a criança ou jovem se encontra em perigo aquando das seguintes situações: i) a criança/jovem está abandonada ou se encontra entregue a si própria; ii) é vítima de maus tratos físicos, psicológicos ou de abuso sexual; iii) não lhe são prestados os cuidados necessários e/ou a afeição adequada à sua idade e situação pessoal; iv) é forçada a atividades ou trabalhos inadequados à sua idade, situação pessoal e prejudiciais ao seu desenvolvimento e formação; v) se encontra exposto a comportamentos que afetam, de forma direta ou indireta, a sua segurança e equilíbrio

emocional; vi) assume comportamentos ou se encontra envolvido em atividades que afetem a sua saúde, segurança, formação, educação e/ou desenvolvimento e nos quais os pais ou representantes legais não tenham a capacidade de se opor e resolver a situação (Procuradoria-Geral da República, 2013).

1.3. Articulação

No sistema português existem dois modelos de intervenção subjacentes à proteção social da criança e jovem. Um modelo de intervenção social relacionado com as CPCJ's e os serviços locais de ação social e um modelo de intervenção judicial, relacionado com o Ministério Público, os Tribunais, os centros educativos da Direção Geral de Reinserção Social e a Polícia (Ferreira, 2010).

Perante crianças e jovens em situação de risco e perigo impõe-se ao Estado, às Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ), às CPCJ's, ao Ministério Público e aos Tribunais responsabilidades de atuação articulada (Santos, 2008).

As intervenções são efetuadas a pedido das autoridades policiais, judiciárias e judiciais; das ECMIJ; de qualquer pessoa que tenha conhecimento da situação de perigo de uma criança ou jovem; a pedido do menor, dos seus pais, do seu representante legal ou de quem tenha a guarda de facto; por iniciativa própria sempre que tiverem conhecimento de situações de perigo no exercício das suas funções (Magalhães, 2005).

A CPCJ articula-se ainda com diversas instituições que a auxiliam ou que a substituem caso esta não tenha competência para aplicar medidas de promoção e proteção e/ou acompanhar determinadas situações. Estas instituições são: órgãos de polícia de competência genérica (PSP E GNR), Ministério Público e Tribunais, Segurança Social, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Escolas e

outras CPCJ's. Estas entidades podem assumir papéis distintos no decorrer dos processos, funcionando como sinalizadoras, entidades de acompanhamento ou ambas.

Relativamente aos órgãos de polícia de competência genérica (PSP e GNR), estas têm como funções: comunicar as situações às CPCJ's; colaborar com as CPCJ's no exercício das suas funções; participar na comissão de proteção alargada das CPCJ's; denunciar todos os crimes de maus tratos de que haja suspeita ao MP; retirar a criança ou jovem do perigo; comunicar essa retirada ao Tribunal competente para tomada de decisão legal adequada.

A intervenção judicial, realizada pelos Tribunais e pelo Ministério Público, ocorre quando: não exista CPCJ na área de residência do menor; não seja prestado ou seja retirado o consentimento, haja oposição da criança ou do jovem à intervenção da CPCJ's, não sejam cumpridos os acordos estabelecidos; indisponibilidade dos meios necessários para aplicar ou executar a medida que considere adequada; não tenha sido proferida qualquer decisão, decorridos seis meses após o conhecimento da situação de perigo; o MP considere que a decisão da CPCJ é ilegal ou inadequada à promoção dos direitos ou à proteção da criança ou do jovem (Magalhães, 2005).

Os Tribunais atuam também quando a situação de perigo detetada pelas CPCJ's seja determinada por um facto tipificado na lei como sendo crime, por exemplo em casos de abuso sexual de menores deverá ser instaurado um processo-crime paralelamente à intervenção realizada pela CPCJ (CNPCJR, 2013). Este organismo pode ainda solicitar às CPCJ's informações, nomeadamente relatórios sociais, sobre a criança ou jovem e respetiva família; e os membros da comissão podem também ser solicitados pelo Tribunal enquanto peritos (Art.º 70 e 71 da Lei 147/99, de 1 de Setembro). A assessoria técnica aos tribunais em processos judiciais de promoção e proteção é da competência das Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais (EMAT).

Ao Ministério Público compete, mais especificamente, representar as crianças e jovens em perigo, propondo ações, requerendo providências tutelares cíveis e usando de quaisquer meios judiciais necessários à promoção e defesa dos seus direitos e à sua proteção. Aprecia também a legalidade e a adequação das decisões, a fiscalização da atividade processual das CPCJ's e a promoção dos procedimentos judiciais adequados (nº2 e nº3 do Art.º 72 da Lei 147/99, de 1 de Setembro).

Quanto à Segurança Social, esta funciona não só como sinalizadora de determinadas situações de perigo mas também presta à CPCJ apoio nas visitas domiciliárias, na elaboração de relatórios sociais e pareceres em relação à medida de promoção e proteção.

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são também instituições importantes que articulam com as CPCJ's, funcionando principalmente como agentes de proximidade com as diversas famílias. Caso seja solicitado, elaboram também relatórios sociais.

As Escolas funcionam principalmente como sinalizadoras de situações de perigo e muitas vezes acompanham os processos. Realizam ainda relatórios de modo a fornecer informações importantes, sobre a criança ou jovem, necessárias à avaliação da situação.

As CPCJ's articulam-se também com outras CPCJ's, nomeadamente quando a criança ou jovem e a respetiva família mudam de concelho e torna-se necessário a transmissão da informação conseguida até ao momento (CNPCJR, 2013).

1.4. Medidas de Promoção e Proteção

A aplicação das medidas é da competência exclusiva das CPCJ's e dos Tribunais. Em situações de perigo eminente e caso os detentores do poder paternal se oponham, as medidas podem ser aplicadas pelas ECMIJ ou CPCJ's, seguidas da solicitação da

intervenção do Tribunal e das Entidades Policiais. A CPCJ ou o Tribunal determinará a medida a tomar em função do interesse da vítima (Magalhães, 2005).

As CPCJ's podem aplicar as seguintes medidas de promoção e proteção: i) medida de apoio junto dos pais (consiste em prestar à criança/jovem apoio a nível psicológico, social ou económico); ii) medida de apoio junto de outro familiar (consiste em colocar a criança/jovem sob a guarda de um familiar com o qual resida ou a quem seja entregue, apoiando-o a nível psicológico, social ou económico); iii) medida de confiança a pessoa idónea (consiste na colocação da criança/jovem sob a guarda de uma pessoa que não pertence à família mas possui uma relação de afetividade); iv) medida de apoio para a autonomia de vida (consiste em proporcionar ao jovem com idade superior a 15 anos apoio económico, psicológico e/ou social de modo a proporcionar-lhe condições que o habilitem e possibilitem adquirir progressivamente autonomia de vida); v) medida de acolhimento familiar (consiste na atribuição da confiança da criança/jovem a uma pessoa singular ou família, visando a sua integração em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e educação necessárias ao seu desenvolvimento integral); vi) medida de acolhimento em Instituição (consiste na colocação da criança/jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que garanta os cuidados adequados às suas necessidades e proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral) (CNPCJR, 2013; Lei 147/99 de 1 de Setembro; Magalhães, 2005).

Estas medidas podem ser executadas no meio natural de vida (apoio junto dos pais; apoio junto de outro familiar; confiança a pessoa idónea; apoio para a autonomia de vida) ou em regime de colocação (acolhimento familiar e acolhimento em Instituição).

Segundo o Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ's (2012), foram aplicadas, durante o ano de 2012, trinta e duas mil setecentas e vinte e cinco medidas de promoção e proteção. Comparativamente com o ano de 2011 verifica-se um aumento significativo no que diz respeito à aplicação de medidas, sendo que em 2011 foram aplicadas trinta mil quinhentas e setenta e quatro medidas.

A grande maioria das medidas aplicadas corresponde a medidas executadas no meio natural (89.5%) e as restantes correspondem a medidas de colocação (10.5%). A medida mais aplicada foi a medida de apoio junto dos pais (75.1%); seguindo-se por ordem decrescente a medida de apoio junto de outros familiares (11.8%), a medida acolhimento institucional (10.1%), a medida de confiança a pessoa idónea (1.8%), a medida de apoio para a autonomia de vida (0.8%) e medida de acolhimento familiar (0.4%) (Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ's, 2012).

Ao aplicar as diferentes medidas de promoção e proteção, as CPCJ's visam afastar o perigo; proporcionar condições que permitam proteger e promover a segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral da criança/jovem; e garantir a recuperação física e psicológica da criança/jovem vítima de qualquer forma de abuso ou exploração (Lei 147/99 de 1 de Setembro).

De seguida, será caracterizada de modo sucinto a CPCJ da Póvoa de Varzim a fim de perceber melhor a sua estrutura.

1.5. Caracterização da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Póvoa de Varzim

A CPCJ da Póvoa de Varzim encontra-se em funcionamento desde 17 de Julho de 2002, exercendo a sua competência no concelho da Póvoa de Varzim.

A Comissão Alargada desta CPCJ é composta pelos seguintes representantes: representante do Município; representante da Segurança Social; representante do Ministério Público; socióloga do Município; representante do Ministério da Educação; representante do Serviço de Saúde; representante da IPSS Beneficente; representante da IPSS Madre Matilde; representante da Associação de Pais; representante da Associação Desportiva, Cultural e Recreativa; representante do IPJ; representante da PSP; representante da GNR; representante do IEFP. Por outro lado, a Comissão Restrita é constituída por uma Presidente, uma funcionária administrativa, duas assistentes sociais; uma psicóloga; uma jurista; uma ajudante familiar; duas professoras e uma enfermeira (Portal Municipal Póvoa de Varzim, 2013).

Na segunda parte deste trabalho, a parte metodológica, será possível entender qual o trabalho exercido por esta Comissão através da análise documental dos processos de promoção e proteção no período compreendido entre 2011 e 2012.

1.6. Síntese integrativa

Através deste ponto foi possível compreender a emergência e desenvolvimento das CPCJ's em Portugal, assim como o seu funcionamento e intervenção. É notória a importância da articulação com outras instituições, demonstrando cada vez mais que a multidisciplinariedade é fundamental para a realização de um trabalho eficaz e eficiente. As Comissões dispõem também de um conjunto de medidas de promoção e proteção que lhes permitem encontrar soluções para a resolução dos problemas.

Mas quais serão estes problemas? Quais as situações de perigo que crianças e jovens estarão expostos e que são detetadas nas CPCJ's?

O ponto seguinte tem como objetivo responder a estas perguntas, identificando as situações de perigo mais sinalizadas, assim como mencionando alguns sinais e

características presentes não só nas crianças e jovens mas também nos respetivos agregados familiares.

2. Situações de perigo detetadas nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

A ideia de que o lar é o local mais seguro tem vindo a ser progressivamente contestada pelas inúmeras investigações que comprovam a ocorrência de violência neste contexto. (Costa & Sani, 2007; Ferreira, 2010; Maia & Williams, 2005; Matos, Gonçalves & Machado, 2011; Monteiro & Soeiro, 2012; Sani, 2006; Sierra & Mesquita, 2006).

A violência intrafamiliar pode ser definida como toda e qualquer ação ou omissão que prejudique o bem-estar, o desenvolvimento, a integridade física e/ou psicológica de qualquer elemento familiar; podendo ser perpetrada dentro ou fora da habitação. Esta violência perpetrada no contexto familiar muitas vezes é sobreposta e multidirecional, verificando-se uma manifestação simultânea dos diversos tipos de mau trato (De Antoni, Barone, & Koller, 2007).

Tal como refere Crouch, Milner e Thomsen (2001, citado por Cecconello, 2003) o risco de ocorrer abuso intrafamiliar está relacionado com o isolamento social, com a falta de uma rede de apoio social e afetivo e aos acontecimentos de vida stressantes, como por exemplo as dificuldades financeiras e o desemprego. Também a aceitação cultural de uma educação punitiva e a crença em valores autoritários poderão levar ao aumento do número de crianças maltratadas e negligenciadas (Machado & Gonçalves, 2008).

A presença dos maus tratos intrafamiliares evidencia a fragilidade das relações familiares e a sua vulnerabilidade. Revela ainda dificuldades de vinculação entre membros familiares, baixa coesão e uma estrutura hierarquizada com o poder centrado na figura parental (De Antoni, 2005).

Segundo o Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ's (2012), as principais situações de perigo detetadas nas crianças e jovens no ano de 2012 foram: negligência (20.902 processos), exposição a modelos de comportamento desviante (16.028 processos), situações de perigo em que esteja em causa a educação da criança/jovem (10.447 processos), comportamento desviante assumido pela criança/jovem (6.252 processos), mau trato físico (4.402 processos) e mau trato psicológico (3.716 processos). Em menor número verificam-se as seguintes situações de perigo: abuso sexual (1.525 processos), abandono (1.384 processos), prática de facto qualificado como crime (1.042 processos), mendicidade (236 processos); exploração do trabalho infantil (48 processos) e outras situações de perigo (3.591 processos).

De seguida, e de modo a melhor compreender em que consistem os maus tratos infantis, será feita uma breve descrição dos quatro tipos de mau trato infantil mais identificado na literatura (Magalhães, 2005; Ribeiro, 2009; Rodin & Stewart, 2012). Serão ainda identificadas algumas das características presentes nas crianças/jovens e respetivos cuidadores que poderão ajudar na intervenção e prevenção.

2.1. Tipologia dos maus tratos infantis

O mau trato consiste na presença de danos não acidentais que resultam de danos ou omissões por parte dos educadores das crianças e que requerem cuidados médicos ou intervenção legal (Wolfe, 1987).

É necessário ter em conta três dimensões ao analisar um mau trato: i) a intencionalidade do ato; ii) o efeito do ato, pois o dano causado pode ser físico e/ou psicológico; iii) o julgamento de valores acerca do mesmo e as bases em que esse julgamento é efetuado (Starr, 1988).

No que diz respeito às crianças, podem identificar-se quatro tipos de maus tratos: o físico, o abuso sexual, a negligência e o psicológico. Este último é o único que se encontra presente em qualquer situação de mau trato (Magalhães, 2005).

2.1.1. Mau Trato Físico

O mau trato físico é o tipo de violência mais evidente e fácil de detetar. Envolve geralmente danos não acidentais aplicados à criança, resultando de atos e omissões por parte dos seus pais ou educadores (De Antoni, Barone & Koller, 2007; Maia & Williams, 2005; Oates, 1996; Ribeiro, 2009). Muitas vezes o ato agressivo é justificado como prática disciplinar punitiva.

O dano resultante pode traduzir-se em: i) lesões físicas de natureza traumática; ii) doença; iii) sufocação; iv) intoxicação; v) Síndrome de Munchausen por procuração¹. Estas agressões podem tratar-se de uma ocorrência isolada ou repetida (Oates, 1996).

O mau trato físico pode ser detetado através da observação de vários sinais, nomeadamente: i) lesões com diversos tempos de evolução; ii) lesão em locais pouco comuns aos traumatismos de tipo acidental para a faixa etária da criança; iii) lesões com diferentes localizações; iv) lesões desenhando marcas de objetos; v) queimaduras ou cicatrizes, com bordos nítidos e com localizações múltiplas, sobretudo na palma das mãos, planta dos pés, genitais e nádegas; vi) marcas de mordedura; vii) alopecia traumática; viii) sequelas de traumatismo antigo de que não é conhecida a história; ix) intoxicação; x) doenças recorrentes inexplicáveis ou situação crítica não explicável pela história anterior. Por vezes, a agressão pode não resultar numa lesão visível e, nesses

¹ Consiste na indução de sintomas na criança/jovem, por um dos seus cuidadores, de modo a submetê-la a exames, tratamentos médicos invasivos e, a maior parte das vezes, dolorosos (Ribeiro, 2009).

casos, o testemunho das crianças/jovem torna-se fundamental (De Antoni, Barone & Koller, 2007; Maia & Williams, 2005).

Podem ser ainda detetados vários sintomas que permitem evidenciar a existência de mau trato físico, como: i) a inadequação da explicação quanto à produção da lesão tendo em conta a sua etiologia e/ou grau de desenvolvimento do menor; ii) as mudanças nas explicações ou recusa em explicar o processo de produção da lesão; iii) a procura tardia de cuidados médicos; iv) a história de lesões repetidas (Magalhães, 2005; Ribeiro, 2009).

2.1.2. Abuso sexual

O abuso sexual consiste no envolvimento de crianças ou adolescentes em atividades sexuais, das quais não são capazes de compreender, nem de dar o seu consentimento e que violam os *tabus* sociais dos papéis familiares (Ribeiro, 2009; Wolfe, 1987). A questão do consentimento é fulcral; segundo o Código Penal Português as crianças com idade igual ou inferior a 14 anos não têm capacidade para se autodeterminarem e, como tal, o seu consentimento não pode ser considerado (Lei 171º, nº1, 2 e 3; Lei 177º). Muitas crianças podem aceitar mas não são capazes de entender o que estão a fazer, não sabem quais as consequências desse ato.

Os abusos sexuais podem ser de natureza intra ou extra familiar (sendo mais frequente o primeiro) e ocasional ou repetido, ao longo da infância. São exemplos deste tipo de abuso: i) a obrigação do menor tomar conhecimento e presenciar conversas ou escritos obscenos, espetáculos ou objetos pornográficos ou atos de carácter exibicionista; ii) a utilização do menor em fotografias, filmes ou gravações pornográficas, ou em práticas sexuais de relevo (e.g.: beijos na boca ou carícias nos órgãos genitais do

abusador, contacto entre os órgãos genitais de ambos); iii) a realização de coito (penetração oral, anal e/ou vaginal) (Magalhães, 2005).

Podem ser sinais de ocorrência de abuso sexual: i) leucorreia (corrimento) vaginal persistente ou recorrente; ii) ruborização e/ou inflamação dos órgãos genitais externos femininos ou anal; iii) lesões cutâneas; iv) lesões no pénis; v) lacerações ou fissuras genitais ou anais, sangrantes ou cicatrizadas; vi) rotura do hímen; vii) hemorragia vaginal ou anal; viii) laxidez anormal do esfíncter anal ou do hímen; ix) equimoses na mucosa oral e/ou lacerações do freio dos lábios; x) infeções urinárias de repetição; xi) doença sexualmente transmissível; xii) presença de esperma no corpo ou na roupa do menor; xiii) presença de sangue de outra pessoa ou substâncias estranhas no corpo ou na roupa interior (Magalhães, 2005).

Relativamente aos sintomas detetados em casos de abuso sexual podem ser referidos os seguintes: i) dor na região vaginal ou anal; ii) prurido vulvar; iii) perturbações funcionais; iv) obediência exagerada aos adultos e preocupação em agradar; v) pobre relacionamento com as outras crianças; vi) condutas sexualizadas (Magalhães, 2005).

2.1.3. Negligência

A negligência é um tipo de abuso difícil de definir e de detetar. É considerado como a falha dos pais ou educadores em responder às necessidades básicas de amor e segurança, de oportunidades e novas experiências, de reconhecimento, de alimentação adequada, de cuidados médicos e educação dos filhos, quando possuem recursos para o fazer. Quando não possuem recursos não se trata de negligência mas sim de pobreza. (Maia & Williams, 2005; Oates, 1996; Ribeiro, 2009). Segundo Planella (2000), a negligência constitui uma forma passiva de maus-tratos.

Deve avaliar-se quais as necessidades que a criança tem para crescer de forma saudável e para garantir o seu bem-estar psicológico, e verificar se os pais asseguram a satisfação dessas necessidades. Se não o fizerem, estamos perante situações de negligência (Bifulco & Moran, 1998).

Deste comportamento resulta um dano na saúde e/ou desenvolvimento físico e psicossocial do menor. Pode ser voluntária ou involuntária. Inclui a negligência intrauterina, física, emocional, escolar, mendicidade e abandono.

A negligência intrauterina está relacionada com o meio pré-natal e com o consumo indiscriminado de alimentos inapropriados, álcool e outras drogas (Gallardo, 1994).

A negligência física inclui a não prestação de cuidados médicos básicos, a falta de alimentação adequada, má higiene e uso de vestuário impróprio ao clima ou em mau estado. As situações em que a criança é abandonada ou deixada sem vigilância por períodos longos, com aumento do risco de acidentes domésticos, também são consideradas negligência. Uma criança que é vítima de negligência física pode sofrer de má nutrição, atraso de crescimento, grande probabilidade de sofrer de doenças infecciosas e acidentes (Magalhães, 2005).

A negligência emocional refere-se quando as necessidades emocionais da criança são ignoradas, como a privação de afeto e de suporte emocional necessários ao seu desenvolvimento pleno e harmonioso. A negligência emocional pode ter várias consequências sobre a criança como: insegurança, baixa autoestima, depressão, dificuldades de aprendizagem, consumo de álcool e drogas, risco de suicídio, agressividade, comportamentos destrutivos (Magalhães, 2005).

A negligência escolar acontece quando não são proporcionadas à criança as condições para a sua formação intelectual e moral, como a privação da escolaridade básica, o absentismo escolar frequente e injustificado, tende a interferir na aquisição de

conhecimentos básicos, pode levar ao abandono escolar e à marginalidade e diminui as hipóteses de sucesso educativo, profissional e integração social (Ferrão, s.d.; Magalhães, 2005).

Alguns dos sinais de ocorrência de negligência são: i) atraso ou baixo crescimento; ii) arrefecimento persistente, mãos e pés avermelhados; iii) carência de higienização e sujidade; iv) alimentação e/ou hábitos inadequados; v) vestuário inadequado em relação à época; vi) vitaminopatias; vii) infeções leves, recorrentes ou persistentes, ou outra doença crónica que não mereceram tratamento médico; viii) hematomas ou outras lesões inexplicadas e acidentes frequentes por falta de supervisão de situações perigosas.

Quanto aos sintomas da negligência podem ser mencionados os seguintes: i) atraso nas aquisições sociais e em todas as áreas da maturidade; ii) perturbações do apetite e comportamentos estranhos, como roubo de alimentos e tendência a enfartar-se de comida; iii) perturbações do sono, sonolência, apatia, depressão, hiperatividade; agressividade; iv) problemas de aprendizagem e absentismo escolar; v) pobre relacionamento com outras crianças; vi) condutas para chamar a atenção dos adultos; vii) tendência à fantasia; viii) comportamentos antissociais; ix) falta persistente dos pais ou cuidadores na procura ou acompanhamento dos menores na escola e nos cuidados de saúde (Magalhães, 2005).

2.1.4. Mau Trato Psicológico

O mau trato psicológico consiste na ofensa intencional de um adulto através de comportamentos de rejeição, isolamento ou terror, privação de necessidades emocionais, ameaças de abandono, exploração e chantagem emocional. Na maioria são os próprios pais das crianças que lhes infligem os maus tratos de que são vítimas (Bifulco & Moran,

1998; Maia & Williams, 2005). É transversal a todos os tipos de mau trato, no entanto pode ocorrer de forma isolada (Ribeiro, 2009).

Neste tipo de mau trato há um forte domínio sobre a criança, mas que não é obtido através da violência física ou contacto sexual. O domínio é conseguido, a maioria das vezes, com recurso a ações ou palavras ofensivas. Os maus tratos psicológicos podem ser perpetrados por alguém que tem alguma responsabilidade pela criança e com a qual mantém uma relação de poder (Bifulco & Moran, 1998).

Este tipo de abuso constitui um ato de natureza intencional caracterizado pela ausência ou inadequação, persistente ou significativa, ativa ou passiva, do suporte afetivo e do reconhecimento das necessidades emocionais do menor. Dele resultam efeitos adversos no desenvolvimento físico e psicossocial do menor e na estabilidade das suas competências emocionais e sociais, com consequente diminuição da sua autoestima.

Pode manifestar-se através de: insultos verbais, humilhação, ridicularização, desvalorização, hostilização, ameaça, indiferença, discriminação, rejeição, abandono temporário, culpabilização, críticas, envolvimento em situações de violência doméstica.

Alguns dos sinais presentes em casos de mau trato psicológico/emocional são: i) deficiências no crescimento; ii) infeções, asma, doenças cutâneas, alergias; iii) automutilação. Relativamente aos sintomas podem ser detetadas: i) perturbações funcionais (sono, comida, diarreia, dores de cabeça); ii) perturbações cognitivas (atraso na linguagem, baixa autoestima, sentimento de inferioridade); iii) perturbações afetivas (choro fácil, vergonha, medo, timidez); iv) perturbações no comportamento (desinteresse, dificuldade em brincar, isolamento, agressividade); v) alterações do foro psiquiátrico (agitação, hiperatividade, depressão) (Magalhães, 2005).

É importante mencionar que os atos abusivos perpetrados contra as crianças podem ocorrer como práticas educativas punitivas, implementadas pelos cuidadores como uma forma de corrigir determinados comportamentos (Bérgamo & Bazon, 2011).

2.2. Características e intervenção

Na avaliação de qualquer tipo de mau trato deve imperar sempre o bom senso e o profissionalismo. Apesar de existirem determinadas características e sinais que podem indicar a existência de perigo, é necessário ter em conta todo o contexto uma vez que, isoladamente, essas mesmas características podem não constituir um fator de perigo (Magalhães, 2005).

De seguida, serão identificadas algumas das características que poderão estar presentes nos pais ou cuidadores, na criança/jovem e no contexto familiar que podem potenciar a existência de mau trato intrafamiliar.

Quanto aos pais ou cuidadores são identificadas as seguintes características: alcoolismo, toxicodependência, antecedentes de comportamento desviante; imaturidade e impulsividade; reduzida tolerância à frustração; grande vulnerabilidade ao *stress*; baixa autoestima; antecedentes de terem sofrido maus tratos na infância; baixo nível económico; inexperiência e falta de conhecimento básico acerca do desenvolvimento infantil; desemprego; perturbações no processo de vinculação.

As crianças e jovens podem encontrar-se mais vulneráveis ao abuso se possuírem as seguintes características: personalidade e temperamento não ajustado aos pais ou cuidadores; prematuridade e baixo peso no nascimento que pode representar maior fragilidade; perturbação de saúde mental e/ou física.

Relativamente ao contexto familiar são identificadas como características potenciadoras de abuso: gravidez indesejada; família monoparental; família com muitos

filhos ou reconstituída; relação disfuncional entre pais (e.g. violência doméstica, mudança frequente de companheiros); família com problemas socioeconómicos e habitacionais (Antunes, 2011; Magalhães, 2005; Maia & Williams, 2005; Pesce, Assis, Santos, & Oliveira, 2004).

Devem também ser considerados outros fatores que podem intensificar o trauma do abuso: i) início precoce do abuso; ii) duração e frequência do abuso; iii) grau de violência; iv) ocorrência de abusos múltiplos por um ou por diferentes indivíduos; v) diferença de idades entre abusador e criança/jovem; vi) grau de secretismo entre abusador e criança/jovem; vii) relação de proximidade entre abusador e criança/jovem; viii) experiência de vitimação anterior; ix) crenças relacionadas com o abuso; x) tentativas de revelação mal sucedidas; xi) ausência de figuras de vinculação ou de suporte da rede informal; xii) ausência de suporte das redes formais de apoio (Magalhães, 2005; Paine & Hansen, 2002; Ribeiro, 2009).

Os profissionais que trabalham com crianças e jovens em situação de perigo devem estar devidamente capacitados para identificar e reconhecer os sinais de alerta e as características presentes nas crianças e no respetivo agregado familiar (Magalhães, 2005).

2.3. Síntese integrativa

Ao analisar o mau trato é necessário ter em conta a intencionalidade do ato, o efeito e o julgamento de valores. No que se refere ao mau trato infantil identifica-se quatro tipos de maus tratos: o físico, o abuso sexual, a negligência e o mau trato psicológico. Todos eles podem ser identificados através de sinais e sintomas; sendo uns mais detetáveis do que outros.

No entanto, para além destes maus-tratos, são ainda identificadas outras situações de perigo nas quais as CPCJ's atuam, nomeadamente a exposição a modelos de comportamento desviante; o comportamento desviante por parte da criança/jovem, o absentismo e/ou baixo aproveitamento escolar, a violência doméstica e rendimentos baixos ou inexistentes.

Quando se trabalha com crianças e jovens em risco e com as respetivas famílias, importa considerar que todos eles possuem determinadas características ou fatores que irão facilitar ou dificultar a intervenção por parte dos técnicos das Comissões. É importante, por isso, saber identificar os fatores de risco para que, desse modo, seja mais fácil aplicar as medidas necessárias com o objetivo de os reduzir ou eliminar. Contudo não será de negligenciar que as competências dos indivíduos podem funcionar como fatores de proteção contra as adversidades.

O próximo ponto procura definir os fatores de risco e de proteção e como é que estes podem ser relevantes na intervenção. Salienta ainda a necessidade de desenvolver e implementar modelos de intervenção que incluam e valorizem os fatores de proteção como forma de reduzir as dificuldades e vulnerabilidades provocados pelos fatores de risco.

3. Relevância dos fatores de risco e de proteção na intervenção: evidências científicas

O presidente da Associação Americana de Psicologia, Martin Seligman, menciona que a psicologia tem negligenciado o seu principal objetivo que consiste em construir uma visão do ser humano mais positiva. Defende uma ciência que se focalize nas potencialidades e qualidades dos indivíduos ao invés de se centralizar somente nas características negativas (Yunes, 2003).

Em 1981, Cicchetti e Rizley (citados por Rutter, 1989) desenvolveram um modelo que se centra precisamente no equilíbrio entre fatores de risco e de proteção - Modelo de Fatores de Risco e Proteção. Estes autores defendem que, embora a presença de fatores de risco aumente a probabilidade de ocorrer a prática de maus-tratos, os fatores de proteção diminuem essa probabilidade. Nesta lógica, o mau trato teria lugar quando os fatores de risco superassem ou anulassem qualquer influência dos fatores de proteção.

Também Casas (1998, citado por Martins, 2004, pág. 29) refere que, nos anos 80, os fatores de proteção passaram a ser conceptualizados como “contentores, compensadores ou protetores que atuariam como antagonistas contra a emergência dos problemas marcados ou precipitados pelos fatores de risco”; dando uma maior atenção aos fatores de proteção e dando origem a vários estudos sobre o conceito de resiliência (Grünspun, 2002; Haggerty et al., 2000; Masten & Obradovic, 2006; Morrison et al., 2003 citados por Sapienza e Pedromônico, 2005; Wagnild e Young, 1993; Yunes, 2003).

Os indicadores de risco são descritos como sendo potencializadores da manifestação do mau trato e os de proteção como aqueles que podem impedir ou amenizar a violência. Para tal, deve atender-se à intensidade, frequência, duração e gravidade de cada um dos fatores existentes (De Antoni et al., 2007).

Verifica-se alguma dificuldade em definir concretamente o que significa fator de risco e fator de proteção, sendo necessário em primeiro lugar uma análise contextualizada. Analisar o evento, o processo, o momento em que ocorre e o indivíduo com todas as suas particularidades é essencial para uma correta avaliação. Os fatores de risco e de proteção, assim como o processo de resiliência, não são necessariamente conceitos estáticos, mas antes elásticos e mutáveis, como poderemos analisar adiante (Yunes, 2003).

De seguida serão mencionadas várias definições defendidas por diversos autores acerca dos fatores de risco e de proteção, assim como a importância que deve ser administrada a cada um deles. Por último, será dada uma especial atenção ao conceito de resiliência, uma vez que parece ser uma das características a salientar e a desenvolver em crianças e jovens em perigo.

3.1. Fatores de risco

A exposição de uma criança/jovem a fatores de risco pode afetar negativamente o seu desenvolvimento, principalmente ao nível do seu comportamento (Sapienza & Pedromônico, 2005). Segundo Fonseca (2004), um fator de risco consiste num evento, situação ou característica da criança que aumenta a probabilidade de ocorrência de outro fenómeno. Os fatores de risco podem ser de natureza situacional, familiar, individual, de origem biológica ou de natureza social ou histórica; e estão muitas vezes relacionados com fatores de vulnerabilidade (prematuridade, desnutrição, atraso no desenvolvimento, família desestruturada, desemprego, pobreza) (Fonseca, 2004; Sierra & Mesquita, 2006).

Os fatores de risco poderão afetar, com maior ou menor intensidade, o indivíduo em função da sua percepção, interpretação e sentido atribuído ao mesmo, assim como a quantidade de fatores de risco a que está exposto e o período de tempo (Ferreira, 2010).

Fonseca (2004) refere que um indivíduo pode lidar com um ou dois fatores de risco mas à medida que o número aumenta, a probabilidade de se sucumbir a ele será maior; assim como uma determinada característica poderá constituir um fator de risco num determinado contexto e deixar de o ser noutro.

Estes fatores estão relacionados com eventos negativos de vida e podem representar, quando estão presentes, no aumento da probabilidade de ocorrerem problemas físicos, emocionais ou sociais (Poletto & Koller, 2008).

De Antoni e Koller (2004) mencionam que o impacto das situações de *stress* passa por diferentes graus de ocorrência, intensidade, frequência, duração e severidade. O impacto é determinado ainda pelo modo como são percebidos pelo indivíduo.

Um evento não pode ser considerado de risco isoladamente só porque afetou negativamente o indivíduo. Deve ter-se em consideração as influências e as condições em que o mesmo ocorreu (Luthar, 1993).

Para Richman e Fraser (2001) os fatores de risco consistem na presença de um ou mais fatores que aumentam a probabilidade de um resultado negativo para uma criança ou jovem. Estes mesmos fatores podem possuir atributos individuais ou podem ser influenciados pelo meio. O primeiro passo a ser tomado para eliminar os fatores de risco ou diminuir o seu efeito nefasto consiste em saber identificá-los corretamente.

Estes autores caracterizam ainda os fatores de risco em duas vertentes: específicos e não específicos. Os específicos são aqueles que estão ligados diretamente a um resultado negativo, como por exemplo o consumo de substâncias ou o alcoolismo; os não específicos estão ligados a uma variedade de resultados negativos.

Por outro lado, Gest, Reed e Masten (citados por Richman & Fraser, 2001), referem o conceito de “risco cumulativo”. Defendem que o número de fatores de risco pode ser mais relevante do que a sua natureza, produzindo assim um risco acrescido.

Relativamente a crianças e jovens em situação de perigo, quais serão as características identificadas como sendo de risco? Já vimos anteriormente algumas dessas características, no entanto, de modo a complementar a informação serão enumerados alguns fatores que, em determinadas situações, poderão ser considerados de risco. Ribeiro e Sani (2009) propõem que se agrupem os potenciais fatores de risco conhecidos no âmbito da violência em quatro categorias: i) individuais, ii) familiares, iii) escolares/pares e iv) comunitários.

Na categoria dos fatores individuais são reconhecidos como fatores de risco a história de vitimação ou envolvimento com a violência; défice de atenção, hiperatividade ou problemas de aprendizagem; desordem de conduta; história de comportamento agressivo; envolvimento com álcool e/ou drogas; crenças e atitudes antissociais; elevado *stress* emocional; exposição a violência e conflito na família (Ribeiro & Sani, 2009).

Nos fatores familiares as autoras mencionam a retaguarda familiar autoritária; práticas disciplinares rígidas ou inconsistentes; baixo envolvimento parental; baixa vinculação emocional; criminalidade ou abuso de substâncias parental; funcionamento familiar pobre e monitorização ou supervisão familiar pobre.

Ao nível escolar e entre pares são identificados como possíveis fatores de risco a associação com pares delinquentes; rejeição social pelos pares; baixos rendimentos académicos; baixo compromisso com a escola e fracasso escolar.

Por último, Ribeiro e Sani (2009) identificam ao nível comunitário os seguintes fatores: oportunidades económicas diminutas; elevado nível de disfunção familiar e baixos níveis de participação comunitária.

Apesar de ser visível a existência de vários fatores considerados de risco é perigoso definir o risco como sendo um evento isolado e de forma arbitrária, podendo conduzir a uma avaliação errada. Tal como menciona Pesce, Assis, Santos e Oliveira (2004), o

número de fatores de risco, o período de tempo ao qual o indivíduo se encontra exposto, o momento e o contexto são mais relevantes do que uma única exposição considerada como sendo grave. É a percepção, a interpretação e o sentido atribuído a determinada situação por parte da criança/jovem que permitirá classificar determinado evento como sendo de risco ou não.

O equilíbrio entre fatores de risco e de proteção torna-se, por isso, essencial para uma correta avaliação. De seguida, serão definidos os fatores de proteção e demonstrada a sua importância no processo de avaliação e intervenção com crianças e jovens em risco.

3.2. Fatores de proteção

Os fatores ou mecanismos de proteção que um indivíduo dispõe são considerados elementos cruciais para enfrentar o risco e funcionam como mediadores. Os fatores de proteção têm vindo a serem estudados por vários autores, principalmente a partir dos anos 90, e são várias as definições para o conceito bem como as categorizações apresentadas (Pesce et al., 2004).

Segundo Sapienza e Pedromônico (2005) os fatores de proteção referem-se a recursos pessoais ou sociais que atenuam ou neutralizam o impacto do risco. Podem funcionar como um “escudo para favorecer o desenvolvimento humano, quando pareçam sem esperança de superação por sua intensa ou prolongada exposição a fatores de risco” (Grünspun, 2002, pág. 167).

Os fatores de proteção, para De Antoni e seus colaboradores (2007), servem para reduzir o efeito do risco e podem ser pessoais, como por exemplo a autoestima e confiança; ou podem advir do próprio ambiente do indivíduo, como as condições socioeconómicas e a rede de apoio social e afetiva.

Estes fatores têm determinadas funções de mediação ou de moderação. A literatura da especialidade identificou quatro funções essenciais dos fatores de proteção: redução do impacto do risco; redução da cadeia de reações negativas; estabelecimento e manutenção da autoestima e autoeficácia; abertura de novas possibilidades de desenvolvimento pessoal (Rutter, 1989).

Diante de fatores potencialmente geradores de desequilíbrio os mecanismos de proteção tornam-se necessários para o restabelecimento do equilíbrio. Os fatores de proteção podem ser divididos, segundo Pesce, Assis, Santos e Oliveira (2004), em: fatores individuais (autoestima, autocontrolo, autonomia, características de temperamento afetuoso e flexível); fatores familiares (coesão, estabilidade, respeito, apoio e suporte); fatores relacionados com o apoio do meio ambiente (bom relacionamento com amigos, professores ou pessoas significativas que assumam papel de referência).

Sapienza e Pedromônico (2005) apresentam uma outra proposta de categorização dos fatores de proteção, considerando essencial a existência de cuidados estáveis, habilidade para a solução de problemas, qualidade de relacionamento entre os pares e adultos, competência, eficácia e identificação com modelos competentes.

Por sua vez, Werner (2011) divide os fatores de proteção em termos individuais (autoconceito positivo, inteligência, sociabilidade), familiares (famílias pequenas, vinculação, estrutura e regras em casa) e comunitários (amigos, rede de apoio).

Para Richman e Fraser (2001) os fatores de proteção consistem em características do próprio indivíduo ou condições do meio que permitem resistir ou equilibrar os fatores de risco. Estes fatores podem ser divididos em individuais, familiares e extrafamiliares.

Rutter (1985 citado por Poletto & Koller, 2008) menciona que os fatores de proteção remetem a influências que modificam, melhoram ou alteram respostas a determinados riscos.

São identificados como fatores de proteção: i) as características individuais, tais como a autonomia, a autoestima e o bem-estar; ii) a rede de apoio social, que permite a oferta de recursos individuais e institucionais; iii) a coesão familiar, onde se verifique a ausência de negligência, a administração de conflitos, a presença de laços afetivos, o suporte emocional (Poletto & Koller, 2008).

Ribeiro e Sani (2009) propõem, tal como nos fatores de risco, que se agrupem os potenciais fatores de proteção conhecidos no âmbito da violência em quatro categorias: i) individuais, ii) familiares, iii) escolares/pares e iv) comunitários.

Na categoria dos fatores individuais são reconhecidos como fatores de proteção: atitude intolerante face à violência; competências de gestão de *stress* e regulação emocional; temperamento resiliente; percepção do apoio social de adultos e pares; expectativas positivas face ao futuro.

Nos fatores familiares, as autoras mencionam a ligação a familiares ou adultos fora da família nuclear; capacidade para discutir os problemas com os pais; atividades partilhadas com os pais; presença consistente dos pais; envolvimento em atividades sociais. A família pode constituir um fator de proteção ou um fator de risco. Para ser um fator de proteção é necessário a existência de várias características, nomeadamente: a promoção de um ambiente positivo e seguro que permita o desenvolvimento saudável da criança/jovem; ausência de discórdia conjugal; capacidade de solucionar os problemas; coesão familiar; estabilidade, afeto, equilíbrio de poder, cuidados adequados, disciplina, estabilidade, entre outros (Poletto & Koller, 2008).

Ao nível escolar e entre pares são identificados como possíveis fatores de proteção o compromisso com a escola; boa relação com os pares; atitude positiva face à escola. Por último, Ribeiro e Sani (2009) identificam ao nível comunitário os seguintes fatores: coesão social e ambientes promotores de segurança e saúde.

Para Werner (2011), os fatores protetores podem funcionar através de 3 mecanismos: compensação, desafio e imunização. No modelo da compensação os fatores de risco e de proteção combinam-se aditivamente e o *stress* pode ser combatido através de características individuais ou fontes de apoio. No modelo do desafio o *stress*, caso não seja excessivo, pode aumentar potencialmente a competência e capacidade do indivíduo em superar o evento. No modelo da imunização verifica-se uma relação condicional entre risco e proteção; estes fatores moderam o impacto do *stress*. Segundo Werner (2011), estes três modelos podem operar simultaneamente.

Torna-se importante, tal como nos fatores de risco, saber identificar e reconhecer a importância dos fatores de proteção. Como mencionam Richman e Fraser (2001), os fatores protetores possibilitam a delineação de pistas importantes para desenvolver programas de prevenção eficazes. A intervenção deve ser concebida como uma tentativa de mudar o equilíbrio entre vulnerabilidade e resiliência, quer seja para diminuir a exposição a fatores de risco quer seja para aumentar ou potenciar os fatores de proteção (Werner, 2011).

Os fatores de proteção tiveram uma associação direta com a resiliência. Contudo, devem ser entendidos tanto separadamente como em conjugação com outros fatores e com o próprio risco. Atuam como facilitadores no processo individual de perceber e enfrentar o risco (Pesce et al., 2004). Por isso, torna-se pertinente explorar melhor o conceito de resiliência.

3.3. Resiliência e Proteção

São vários os autores que estudaram o conceito de resiliência e muitas são as definições propostas. Resiliência deriva do latim *resilientia* que significa saltar para trás. É um conceito proveniente da física, definido como a capacidade de resistir ao choque e

de absorver energia sem sofrer deformação plástica (Pinheiro, 2004). Em psicologia, o conceito de resiliência consiste na capacidade de um indivíduo enfrentar adversidades mas conseguir superá-las (Pesce et al., 2004).

Os estudos sobre esta temática datam dos anos 80 do século passado e salientam fundamentalmente processos de enfrentamento e superação de adversidades. No entanto, a resiliência não significa que se verifique uma resistência total a qualquer adversidade. É antes um conceito multifacetado, contextual e dinâmico no qual os fatores de proteção possibilitam uma adaptação “saudável” ao(s) evento(s) considerado como de risco ou de stress (Martins, 2004; Pesca et al., 2004; Richman & Fraser, 2001; Rutter, 1989; Werner, 2011).

A resiliência é um fenómeno que procura explicar os processos de superação e de adversidade, mas não se confunde com vulnerabilidade, porque não se trata de resistência absoluta às adversidades (Pinheiro, 2004).

Para Grünspun (2002, pág. 165) a resiliência consiste nas “condições inatas para resistir e ter imunidade aos *stressores* e não se tornar vítima”. Segundo Pesca, Assis, Santos e Oliveira (2004, pág. 135), a resiliência poderá ser entendida como um “conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilitam o desenvolvimento de uma vida sadia, mesmo vivendo num ambiente não saudável”; este processo resulta não só das características da criança, mas também do seu ambiente familiar, social e cultural.

A resiliência não consiste em resistir a um determinado acontecimento, mas sim na adaptação e superação do mesmo. Pode ser considerada como o resultado da interação entre fatores individuais, o contexto social e os fatores de proteção identificados na família e no ambiente social (Junqueira & Deslandes, 2003).

Slap (2001) identifica quatro elementos associados à resiliência: fatores individuais, contexto ambiental, acontecimentos ao longo da vida e fatores de proteção, que constituem os recursos que protege a criança de danos.

Wagnild e Young (1993) consideram que a resiliência consiste na predisposição individual para resistir às consequências negativas do risco e desenvolver-se adequadamente, ou seja, é a capacidade de um indivíduo lidar com a adversidade sem se sucumbir dela. Os mesmos autores criaram, em 1987, uma escala de resiliência² de modo a medir os níveis de adaptação psicossocial positiva face a eventos de vida adversos.

Segundo Tavares (2001, citado por Pinheiro, 2004) o termo *resiliência* pode ser caracterizado em três áreas: físico, médico e psicológico. Na física a resiliência está relacionada com a capacidade de resistência de um material ao choque e à capacidade de voltar à sua forma inicial. Em termos médicos é a capacidade de um indivíduo resistir a uma doença por si só ou através de medicamentos. Por último, a resiliência na psicologia está relacionada com a capacidade de os indivíduos resistirem a situações adversas sem perder a estabilidade. Este mesmo autor defende que o desenvolvimento das características resilientes está relacionado com a mobilização e ativação das capacidades de cada um (Pinheiro, 2004).

Pinheiro (2004) defende que não se trata de um “escudo protetor” presente em alguns indivíduos mas sim a possibilidade de modificarem-se de forma adaptativa face a situações adversas.

² A Escala de Resiliência desenvolvida por Wagnild e Young (1993), foi criada para medir níveis de adaptação psicossocial positiva face a eventos de vida adversos. Possui 25 itens descritos de forma positiva com respostas tipo Likert de sete pontos: 1 (discordo totalmente) e 7 (concordo totalmente). Os valores totais são obtidos pela soma dos valores das respostas obtidas podendo variar entre 25 a 175, sendo que valores elevados equivalem a elevada resiliência.

A resiliência não consiste numa característica fixa e inalterável; mas pode antes ser desencadeada e encontrar-se presente em determinados momentos e em outros não. Este desencadeamento da resiliência acontece não só pelas características individuais de cada um, mas sobretudo pela interação dinâmica entre características pessoais e características do meio envolvente (Poletto & Koller, 2008). Consiste num processo entre o indivíduo e o meio envolvente não sendo, por isso, um atributo fixo (Ribeiro & Sani, 2009).

O indivíduo adquire um comportamento adaptativo a partir do momento em que se verifica a interação entre a combinação de fatores considerados de risco e a combinação de fatores que possam reduzir ou melhorar o risco, também denominados de fatores de proteção, recursos ou forças (Ribeiro & Sani, 2009). Estes fatores propiciam proteção na presença do risco e permitem adaptação do indivíduo à adversidade. A prevalência do sucesso aquando do enfrentamento da adversidade é denominada de resiliência (Richman & Fraser, 2001).

Relativamente às crianças resilientes, estas possuem determinadas características, entre as quais: um bom funcionamento intelectual, afabilidade, autoeficácia, autoconfiança, autoestima elevada. Segundo Grünspun (2002), as crianças resilientes possuem também competências sociais (sensibilidade, capacidade de mostrar as emoções, boa comunicação), competência para resolver problemas (pensamento crítico), autonomia (independência e autocontrolo) e confiança no futuro (persistência, esforço, otimismo).

As características da criança, da própria família, das experiências de vida, da exposição reduzida ao risco juntamente com práticas parentais competentes, rede familiar, vinculação, frequentar o ensino e um nível socioeconómico adequado podem predispor para a resiliência (Sapienza & Pedromônico, 2005). Apesar de os indivíduos

com características resilientes poderem parecer mais imunes à adversidade e às situações de risco, não se tornam invulneráveis ou invencíveis (Fonseca, 2004).

Nem todos possuem características resilientes que permitam superar os fatores de risco e desenvolver comportamentos adaptativos e adequados (Garcia, 2001), no entanto os que possuem estas características nem sempre conseguem ser resilientes em todas as situações.

Tal como os indivíduos também as famílias e as instituições que trabalham com crianças e jovens em risco devem possuir características resilientes. As famílias que resistem aos problemas e se adaptam positivamente a situações de crise podem ser consideradas famílias resilientes (Yunes, 2003).

Relativamente às instituições, estas devem possuir algumas características resilientes como defende Flach (1991). São elas: estruturas coerentes e flexíveis, respeito, reconhecimento, privacidade garantida, comunicação aberta, tolerância aos conflitos, reconciliação e empatia.

A ênfase das características resilientes não deve substituir de modo algum a aplicação de medidas concretas para a promoção e proteção da criança/jovem em risco e da sua família. O estudo da resiliência, como sendo um fator protetor, juntamente com medidas eficazes poderá permitir uma intervenção mais rápida e, principalmente, uma intervenção mais eficaz (Junqueira & Deslandes, 2003).

É preciso ter atenção para não definir de forma arbitrária uma determinada característica isolada como sendo fator de risco ou fator de proteção (Pesce et al., 2004). A implementação de intervenções, de modo a reduzir os fatores de risco, deve ter em consideração o momento em que os fatores de proteção atuam. A análise da forma como estes dois fatores interagem é importante para uma intervenção mais eficaz no risco.

É importante desenvolver competências no indivíduo de forma a este conseguir gerir os recursos pessoais e contextuais e capacidade de enfrentar os fatores de risco através dos fatores de proteção (Sapienza & Pedromônico 2005). A identificação dos fatores de risco deve ser feita em consonância com os fatores de proteção que podem vir a desencadear processos de resiliência.

Torna-se urgente promover as condições certas para a resiliência, enfatizando os fatores de proteção que a criança/jovem já possui e construir ou desenvolver fatores que não estão presentes; esta poderá ser uma das formas de intervenção mais eficaz.

A resiliência tem sido um desafio do novo milénio uma vez que as mudanças na nossa sociedade estão cada vez mais rápidas e exigem mais adaptações e esforços. Um dos grandes objetivos para o futuro será capacitar os indivíduos com características resilientes permitindo-lhes resistir a situações adversas, pelo que se torna imperativo identificar os fatores de risco e particularmente os fatores de proteção.

3.4.Síntese integrativa

Prevê-se que, de um modo geral, exista uma predominância de intervenções direcionadas para os fatores de risco e não de proteção e a existência de práticas monodisciplinares e centradas na criança.

Deve apostar-se em intervenções intensivas e multidisciplinares. Em intervenções que pressuponham um envolvimento ativo das famílias como parceiras e não em intervenções de apoio descontextualizado e distante da família.

Embora o enfoque de risco e de proteção sejam diferentes, são aspetos complementares. A intervenção deve atuar como uma tentativa de mudar o equilíbrio de vulnerabilidade para a resiliência, diminuindo a exposição a fatores de risco e eventos de vida stressantes e aumentando o número de fatores de proteção.

Para determinada intervenção ser bem-sucedida não deve limitar-se apenas a eliminar ou reduzir os efeitos dos fatores de risco, mas deve também promover o desenvolvimento dos mecanismos de proteção que contribuem para tornar os indivíduos mais resilientes.

A eficácia dependerá do balanço, nem sempre estável ou definitivo, entre o número de fatores de risco e o número de fatores de proteção a que o indivíduo se vê exposto. A ênfase na promoção da resiliência não deverá substituir as políticas de combate à desigualdade social e às condições de vida precárias, mas deve ser incorporada na medida certa para melhorar a intervenção.

PARTE II – Estudo Empírico

1. Introdução

A metodologia pode ser definida, tal como refere Herman (1983 citado por Lessard-Hébert, Goyette, & Boutin, 2005) como um conjunto de diretrizes que orientam a investigação.

Nesta segunda parte, serão abordadas as últimas fases que englobam o processo de investigação. Será caracterizado o método, a amostra, os instrumentos utilizados, os procedimentos e, por último, a apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos.

De modo a iniciar o processo de investigação foi necessário delinear os objetivos do estudo. Assim, o principal objetivo deste estudo consiste em caracterizar a abordagem que o técnico da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens privilegia na intervenção. Mais especificamente:

- i) Caracterizar a população alvo da CPCJ da Póvoa de Varzim;
- ii) Identificar as medidas de promoção e proteção mais aplicadas;
- iii) Identificar as problemáticas mais sinalizadas;
- iv) Identificar os fatores de risco e de proteção mais reconhecidos nas crianças e jovens sinalizadas;
- v) Analisar a importância dada aos fatores de risco e de proteção no plano de intervenção;
- vi) Analisar a importância dada ao conceito de resiliência no processo de intervenção;
- vii) Perceber a importância da multidisciplinariedade e da articulação com outras entidades no trabalho desenvolvido na CPCJ;
- viii) Identificar obstáculos presentes no trabalho desenvolvido na CPCJ.

2. Método

Esta investigação segue um desenho exploratório e descritivo na medida em que permite explorar conceitos e descrever fenómenos e características de uma determinada população. É também um estudo transversal tendo em consideração que as análises são realizadas num único momento e não se verifica um período de seguimento dos indivíduos.

A investigação empírica realizada para este estudo orienta-se numa metodologia mista, combinando dois métodos: o quantitativo e o qualitativo. O método quantitativo, empregando a quantificação, irá permitir formular hipóteses através dos dados obtidos e correlacionar variáveis, sendo estes dados analisados posteriormente através de um programa estatístico. Por outro lado, o método qualitativo irá abarcar informação que nos permita perceber qual a interpretação dos participantes em relação ao estudo.

A combinação destes dois métodos permite a possibilidade de triangular e complementar a informação obtida. Permitirá ainda comprovar, confirmar e clarificar a informação (Lessard-Hébert, Goyette, & Boutin, 2005).

2.1. Amostra

Para a amostra da análise documental foram definidos critérios de inclusão consoante as análises realizadas, pretendendo-se que sejam o mais fidedignas possível. Esta decisão prende-se com o facto de alguns processos conterem pouca informação ou se encontrarem inacessíveis devido ao arquivamento. Como tal, numa primeira fase consideraram-se como critérios de inclusão os trezentos e sessenta e quatro processos de promoção e proteção instaurados na CPCJ da Póvoa de Varzim, no período compreendido entre 2011 e 2012. Posteriormente as análises foram direcionadas

somente para os cento e trinta e dois processos que se encontram ativos e, por último, foram analisados os processos com medida de promoção e proteção aplicada.

Quanto à administração do questionário e do guião de entrevista, a amostra usada foi de conveniência e constituída por técnicos que integram a CPCJ da Póvoa de Varzim e que aceitaram participar no estudo. Atendendo à multidisciplinaridade inerente a estas equipas de trabalho, a amostra foi então constituída por quatro técnicas de diferentes áreas profissionais que integram a CPCJ da Póvoa de Varzim. Todas as participantes trabalham nesta CPCJ como gestoras de processos.

Quadro 1. Dados sociodemográficos dos participantes.

	Idade	Sexo	Formação	Anos de serviço na CPCJ	Experiência profissional
P1	42	Feminino	Serviço Social	7 anos	IPSS; Ação Social (RSI); EMAT; CPCJ.
P2	40	Feminino	Direito	6 anos	Gabinete Jurídico CM; CPCJ.
P3	34	Feminino	Psicologia	5 anos	CPCJ.
P4	53	Feminino	Educação	6 meses	Educadora de Infância; Direção e Coordenação Agrupamento de Escolas; CPCJ.

2.2. Instrumentos

Para a realização do estudo procedeu-se, primeiramente, à análise documental dos processos ativos na CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012 e, posteriormente, foram administrados um questionário e uma entrevista aos técnicos que integram a mesma CPCJ.

Para a recolha de dados utilizou-se, assim, uma grelha de registo (Cf. Anexo C), um questionário sociodemográfico (Cf. Anexo E) e o guião de uma entrevista semiestruturada e semidiretiva (Cf. Anexo F), elaborados para o efeito.

A grelha de registo que apoiou e organizou a informação obtida através da análise documental contempla vários itens, nomeadamente: data de abertura, data de arquivo, motivo do arquivo, entidade sinalizadora e a modalidade de contacto, sexo da criança/jovem, data de nascimento, caracterização da situação da criança/escolar, tipologia de ensino, agregado familiar, número de irmãos, poder paternal, rendimentos, tipo de habitação, localização, problemática existente, fatores de proteção e de risco, medida(s) de promoção e proteção aplicada(s).

Apesar da informação obtida na grelha de registo estar algo dependente do carácter interpretativo do investigador e da subjetividade, este instrumento permite recolher dados de uma forma organizada e estruturada, permite estudar uma grande variedade de fenómenos sem interferir no grupo e é bastante útil em situações de comunicação impossível. Contudo, é preciso ter em conta que processos mal organizados, imprecisos e com falta de informação poderão limitar o estudo.

Relativamente ao guião da entrevista semiestruturada e semidiretiva, este está organizado da seguinte forma: dinâmica de funcionamento da CPCJ; intervenção; obstáculos e desafios. De modo a obter a informação sociodemográfica dos participantes foi construído e administrado um questionário. Considerou-se pertinente a realização de

um pré-teste com técnicos que integrem a CPCJ da Póvoa de Varzim de modo a evitar a utilização de termos não compreensíveis e/ou providos de equívocos, e certificarmo-nos de que as questões estão bem estruturadas para recolher a informação desejada e não apresentarem ambiguidade. A entrevista contempla algumas vantagens nomeadamente a possibilidade de contrariar enviesamentos próprios da observação, e de quebrar crenças e opiniões pré-concebidas (Lessard-Hébert, Goyette, & Boutin, 2005).

2.3. Procedimentos

Numa primeira etapa foi efetuado um pedido de autorização (Cf. Anexo A) dirigido à Presidente da CPCJ da Póvoa de Varzim, remetendo-se para o efeito o protocolo de investigação (Cf. Anexo B), a fim de obter autorização para a realização do estudo. Uma vez obtido o parecer, procedeu-se à análise documental dos processos da CPCJ da Póvoa de Varzim, relativos ao período compreendido entre 2011 e 2012.

A recolha de informação realizada através da análise documental foi apoiada por uma grelha de registo construída para o efeito, que permitiu uma maior organização e esquematização da informação.

Seguidamente procedeu-se à administração de um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada e semidiretiva aos técnicos que integram a CPCJ da Póvoa de Varzim e que aceitaram participar no estudo. De modo a garantir a livre participação dos mesmos foi apresentada uma declaração de consentimento informado. Após os participantes estarem cientes dos propósitos e termos em que iria decorrer o presente estudo, dos limites da confidencialidade, prestados todos os esclarecimentos e aceitarem participar de forma voluntária foi possível prosseguir com a administração da entrevista semiestruturada e semidiretiva.

De salientar que o questionário e a entrevista foram preenchidos individualmente pelos próprios técnicos. Numa fase inicial tentou-se a realização presencial e pessoal da entrevista junto de cada técnico, contudo e dada a dificuldade de agenda dos técnicos, optou-se pelo preenchimento individual.

Aos participantes foi ainda assegurada as questões de anonimato e confidencialidade, sendo que os dados serão apenas analisados pelos investigadores responsáveis pelo projeto.

2.4. Análise dos resultados

A análise dos dados obtidos através dos instrumentos utilizados foi realizada através do recurso ao programa estatístico *IBM SPSS Statistics 22*. As questões de desenvolvimento da entrevista semiestruturada e semidiretiva foram sujeitas a análise do conteúdo. Esta análise é definida por Berelson (1952 citado por Vala, 1986; Bardin, 2011) como sendo uma técnica de investigação que permite descrever de forma objetiva, sistemática e quantitativa o conteúdo presente através da comunicação.

A análise documental realizada aos processos de promoção e proteção da CPCJ da Póvoa de Varzim torna-se importante neste estudo na medida em que nos permite aceder à quantidade processual desta Comissão, mas também ao tipo de problemáticas mais identificadas. Para além disso, permite perceber quais são os fatores de proteção e de risco mais reconhecidos pelos técnicos e quais as medidas que utilizam de modo a reduzir ou cessar o perigo. Por si só, esta análise já oferece uma grande mais-valia na compreensão do modo de atuação dos técnicos desta Comissão.

No entanto, de modo a complementar este estudo, procedeu-se a uma outra análise que permite aceder às percepções pessoais de cada técnico relativamente à importância dada aos fatores de proteção e de risco no momento de intervenção. A administração de

um guião de entrevista aos técnicos que integram a CPCJ da Póvoa de Varzim permite perceber de forma mais concreta a forma de atuação do técnico, mas permitirá também identificar as diferenças entre cada um deles tendo em conta a multidisciplinariedade da Comissão.

3. Apresentação dos resultados

Numa primeira fase, serão apresentados os resultados da análise documental efetuada aos processos de promoção e proteção da CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012. A apresentação destes resultados será dividida da seguinte forma: estado e sinalização; caracterização sociodemográfica da criança/jovem e respetivo agregado familiar; medidas de promoção e proteção aplicadas, problemáticas e fatores identificados.

Posteriormente serão apresentados os resultados obtidos através da administração do guião de entrevista.

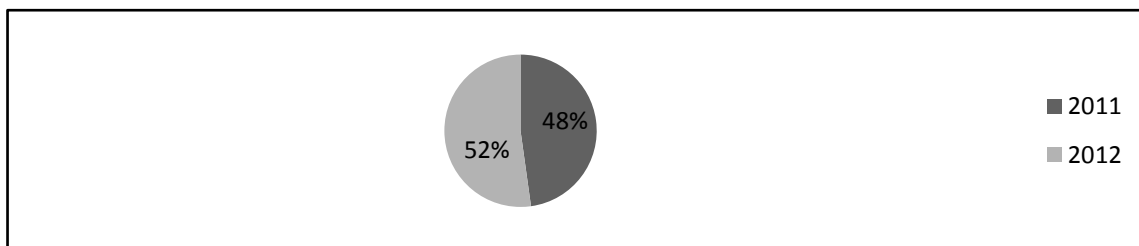
3.1. Apresentação dos resultados obtidos através da análise documental dos processos de promoção e proteção da CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012

3.1.1. Estado e sinalização

Foram analisados trezentos e sessenta e quatro processos instaurados na CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012. Neste item serão apresentados os resultados relativos ao número processual, estado atual dos processos, motivo de arquivamento, modalidade de contacto disponível e entidades sinalizadoras.

Gráfico 1.

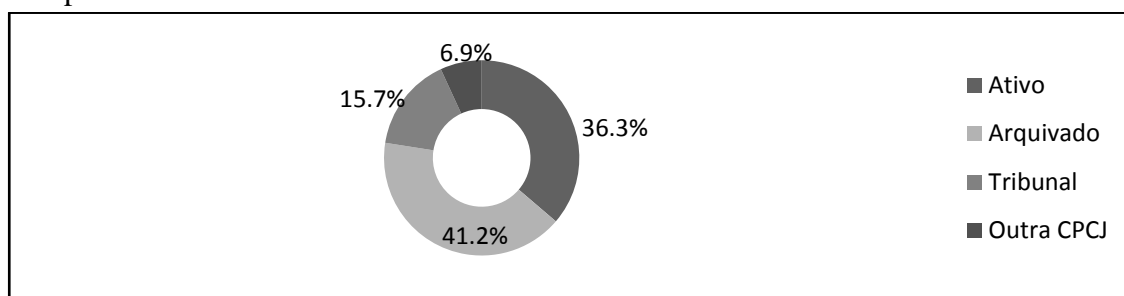
Número de processos de promoção e proteção instaurados na CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012.



Através do gráfico 1 é possível apurar que em 2012 verificou-se uma ligeira subida no número de processos comparativamente com o ano anterior; sendo que em 2011 se registaram cento e setenta e quatro processos (48%) e em 2012 cento e noventa processos (52%). Detetou-se assim uma subida de 4% entre 2011 e 2012.

Gráfico 2.

Estado atual dos processos instaurados na CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012.

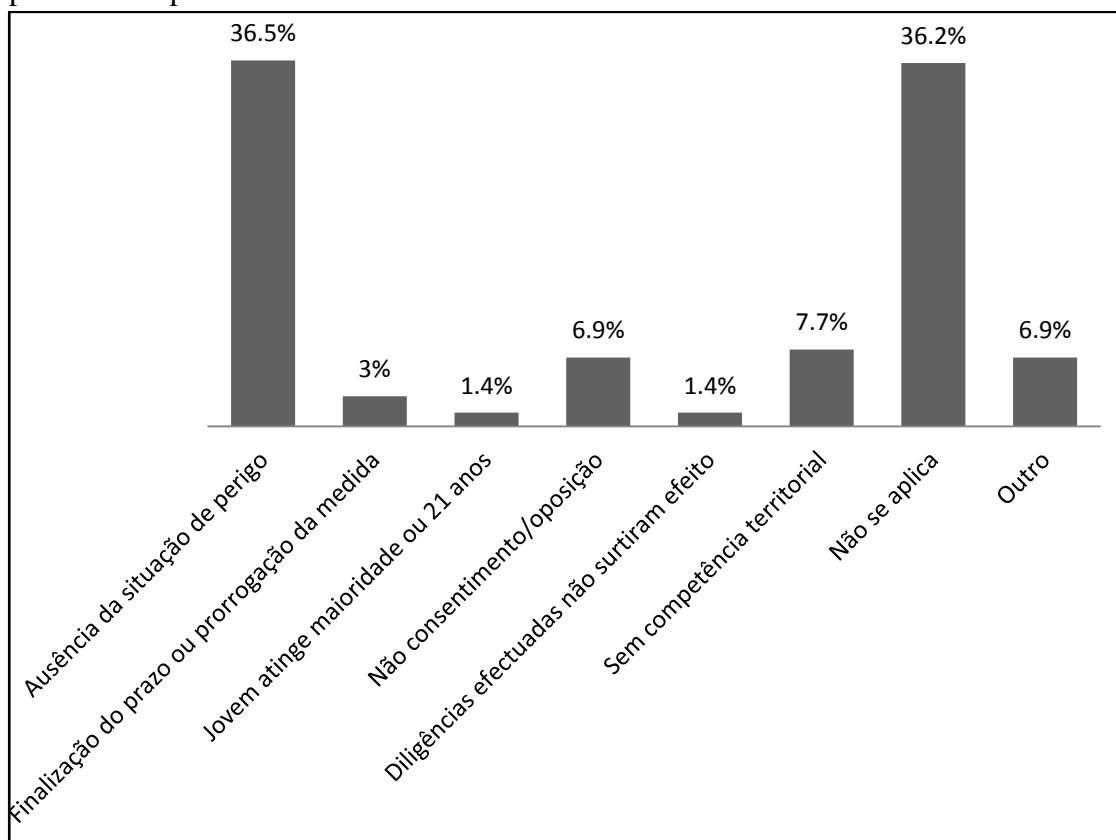


No gráfico 2 verificámos que dos trezentos e sessenta e quatro processos abertos nesta CPCJ, ainda se encontram ativos cento e trinta e dois (36.3%). Foram arquivados cento e cinquenta processos (41.2%) e remetidos para Tribunal cinquenta e sete (15.7%). Os restantes vinte e cinco processos (6.9%) foram transferidos para outras CPCJ que usufruíam de competência territorial.

Relativamente aos cento e cinquenta processos arquivados é possível identificar, no gráfico 3, os vários motivos que deram origem ao seu arquivamento.

Gráfico 3.

Motivo de arquivamento dos processos instaurados na CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012.



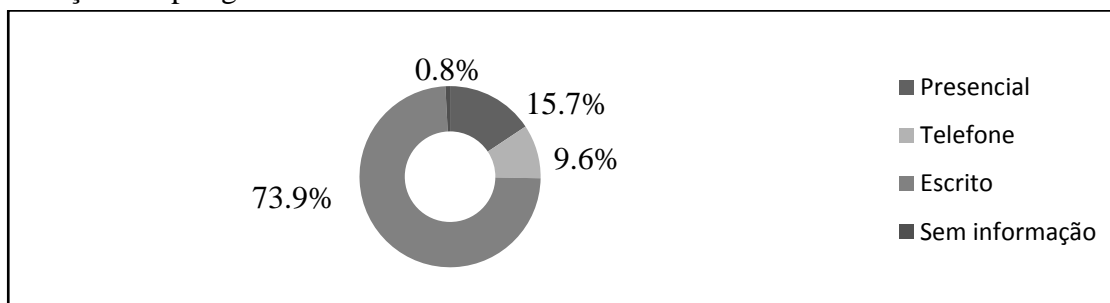
A “ausência da situação de perigo” é dos motivos mais reconhecidos, sendo equivalente a cento e trinta e três processos (36.5%). Os motivos menos identificados em relação ao arquivo correspondem à “maioridade atingida”, com apenas cinco processos (1.4%), tal como as “diligências efetuadas não surtirem efeito” com a mesma percentagem.

Outros dos motivos identificados dizem respeito à “falta de competência territorial” por parte da CPCJ da Póvoa de Varzim com vinte e oito processos (7.7%); o “não consentimento/oposição” por parte dos progenitores, representantes legais ou jovem com vinte e cinco processos (6.9%); à “finalização do prazo/prorrogação da medida” com onze processos (3%). Os restantes vinte e cinco processos (6.9%) foram arquivados por outros motivos, nomeadamente: óbito, saída do território nacional e não cumprimento do

acordo. De salientar que os demais cento e trinta e dois processos (36.2%) assinalados com o item “não se aplica” se encontram ativos.

Gráfico 4.

Modalidade de contacto disponível na CPCJ da Póvoa de Varzim para sinalização de situações de perigo.

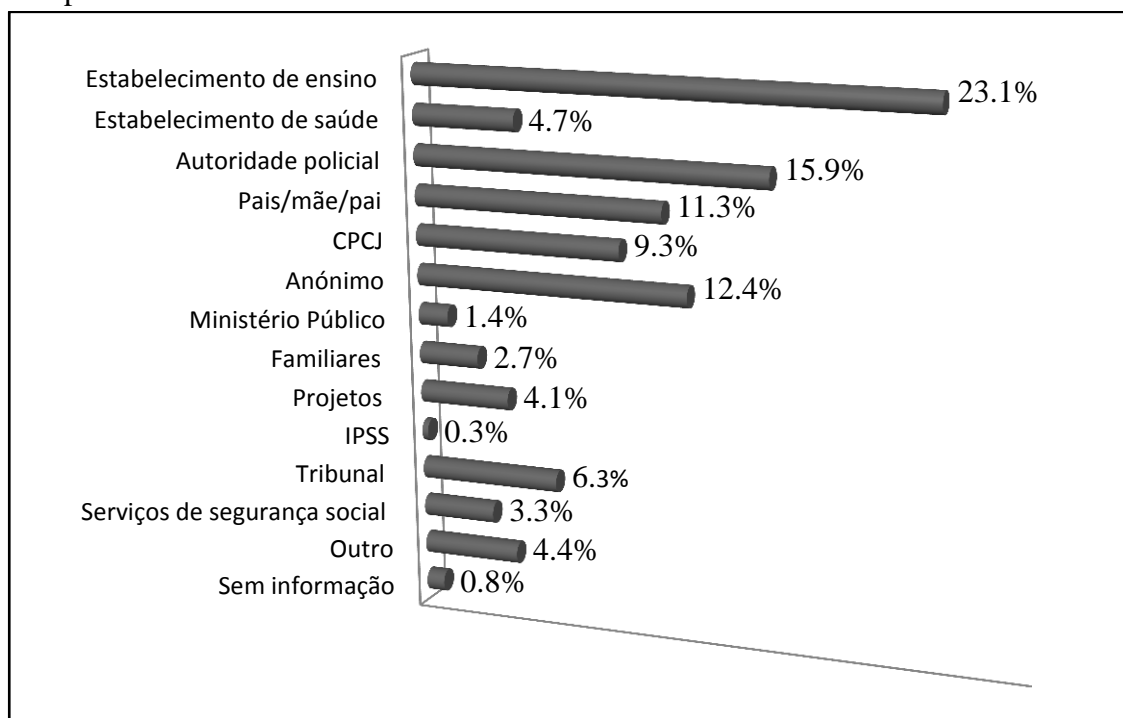


A CPCJ da Póvoa de Varzim dispõe de três meios através dos quais várias entidades, identificadas adiante, podem recorrer para sinalizar alguma situação que considerem colocar em risco uma criança ou jovem. A modalidade de contacto mais utilizada, como se pode confirmar através do gráfico 4, é “por escrito” correspondendo a duzentos e sessenta e nove processos (73.9%). A sinalização realizada de forma presencial corresponde a cinquenta e sete dos processos (15.7%) e trinta e cinco processos foram sinalizados por telefone (9.6%). Os restantes 3 processos (0.8%) não disponham de informação relativamente à modalidade do contacto efetuado.

São várias as entidades que sinalizaram situações de risco ou perigo à CPCJ da Póvoa de Varzim.

Gráfico 5.

Entidades que sinalizaram situações de perigo à CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012.



A partir da análise do gráfico 5 é possível verificar que os estabelecimentos de ensino correspondem à entidade que efetuou mais sinalizações, com oitenta e quatro processos (23.1%). Outra entidade com um elevado número de sinalizações corresponde às autoridades policiais (GNR e PSP) com cinquenta e oito processos (15.9%). Os restantes processos foram sinalizados pelas seguintes entidades: anónimos com quarenta e cinco processos (12.4%); pais/mãe/pai com quarenta e um processos (11.3%); por outras CPCJ com trinta e quatro processos (9.3%); pelo Tribunal com vinte e três processos (6.3%); por estabelecimentos de saúde com dezassete processos (4.7%); por projetos com quinze processos (4.1%); por serviços da segurança social com doze processos (3.3%); por diversos familiares com dez processos (2.7%); pelo Ministério Público com cinco processos (1.4%); por uma IPSS com um único processo (0.3%); e, por último, dezasseis dos processos (4.4%) foram sinalizados por outras entidades nomeadamente pelo Instituto Nacional de Medicina Legal e o Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em

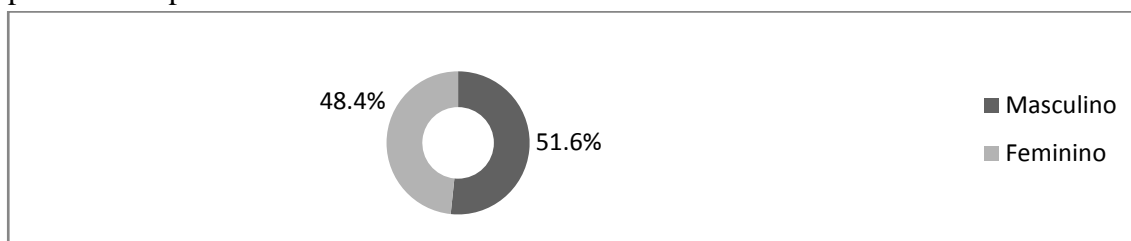
Risco. Dos trezentos e sessenta e quatro processos analisados verificou-se ainda que três desses processos (0.8%) não continham informação acerca da sinalização efetuada.

3.1.2. Caracterização sociodemográfica da criança/jovem e respetivo agregado familiar

Neste item serão apresentados os resultados relativos ao sexo da criança/jovem, idade, agregado familiar, existência de irmãos, número de irmãos, poder paternal, situação escolar e tipologia de ensino.

Gráfico 6.

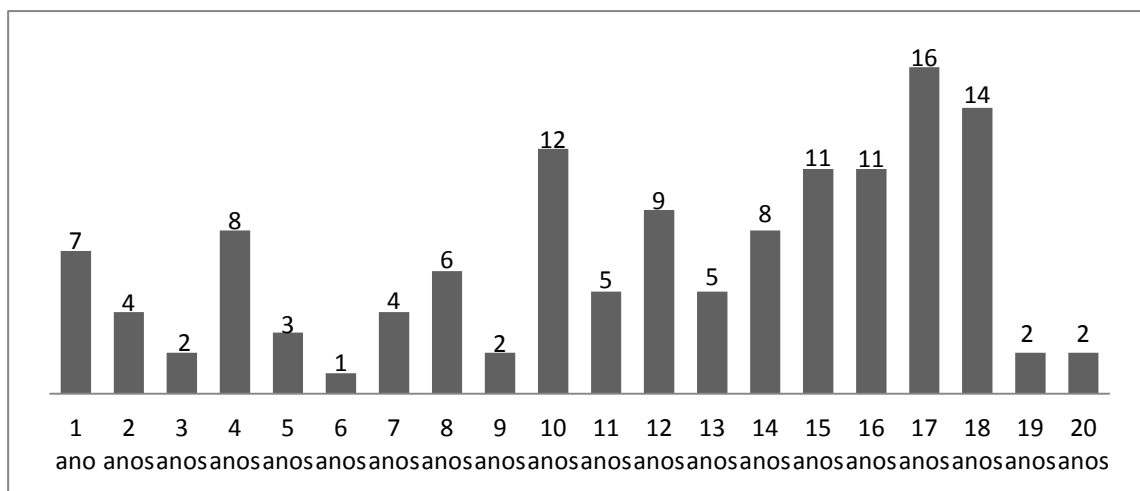
Sexo da criança/jovem dos processos instaurados na CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012.



Dos trezentos e sessenta e quatro processos analisados, cento e oitenta e oito equivalem a crianças/jovens do sexo masculino, ou seja, 51.6% da amostra. As crianças/jovens do sexo feminino correspondem aos restantes cento e setenta e seis processos, ou seja, 48.4%. Apesar de não se verificar uma grande diferença em relação ao género das crianças/jovens, o sexo masculino é ligeiramente superior.

Gráfico 7.

Idade da criança/jovem dos processos instaurados na CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012.



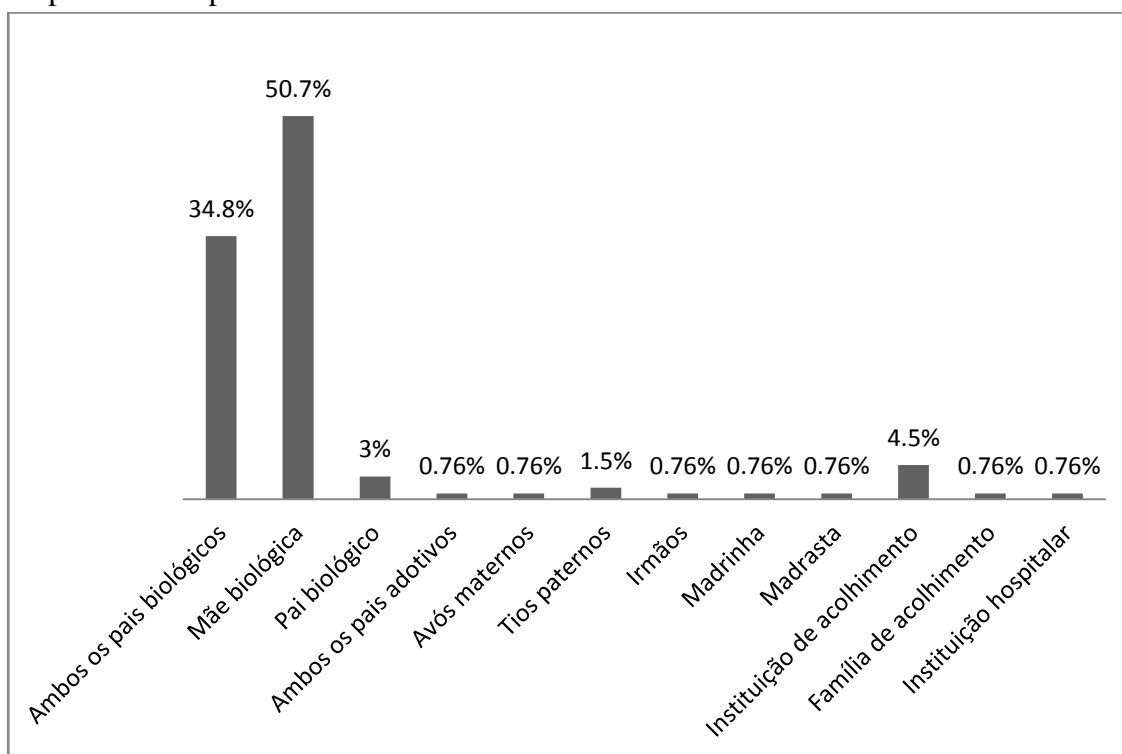
Em relação à idade das crianças/jovens que se encontram a ser acompanhadas na CPCJ da Póvoa de Varzim entre 2011 e 2012, é possível verificar, através do gráfico 7, que as idades estão compreendidas entre um e vinte anos. A grande maioria dos processos é relativa a jovens com dezassete e dezoito anos (com dezasseis jovens e catorze jovens respetivamente). Em menor número, verifica-se uma criança com seis anos; com três, nove, dezanove e vinte anos existem duas crianças/jovens respetivamente.

Como já mencionado anteriormente no gráfico 2, mantêm-se ativos cento e trinta e dois processos dos trezentos e sessenta e quatro processos de promoção e proteção analisados na CPCJ da Póvoa de Varzim. É com base nestes processos ativos que se seguem as seguintes análises. Esta seleção deve-se ao facto de os processos ativos disporem da possibilidade de aceder a uma maior e melhor informação e, assim, impedir que fossem analisados e contabilizados processos com pouca informação devido à impossibilidade de os consultar devidamente. Foram analisadas as seguintes informações nos processos que se encontram ativos: i) agregado familiar da criança/jovem; ii) número de irmãos da criança/jovem; iii) poder paternal; iv) situação escolar; v) tipologia

de ensino; vi) rendimentos do agregado familiar da criança/jovem; vii) habitação do agregado familiar da criança/jovem; e, por último, viii) localização da criança/jovem.

Gráfico 8.

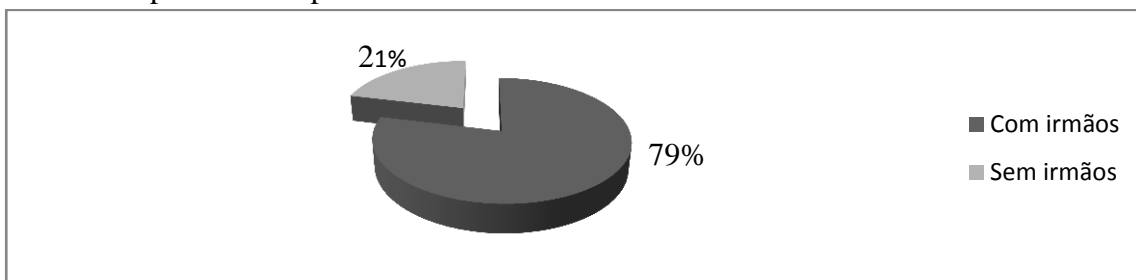
Agregado familiar da criança/jovem com processo ativo na CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012.



Relativamente ao agregado familiar, o gráfico 8 demonstra que a grande maioria das crianças/jovens residem com a mãe biológica (sessenta e sete crianças/jovens) ou com ambos os pais biológicos (quarenta e seis crianças/jovens). Outros tipos de agregados familiares identificados e que agrupam um número muito menor de casos, são: instituição de acolhimento (6 crianças/jovens); pai biológico (4 crianças/jovens) e tios paternos (2 crianças/jovens). Com uma única criança/jovem estão contemplados os seguintes agregados familiares: ambos os pais adotivos; avós maternos; irmãos; madrinha; madrasta; família de acolhimento e instituição hospitalar.

Gráfico 9a.

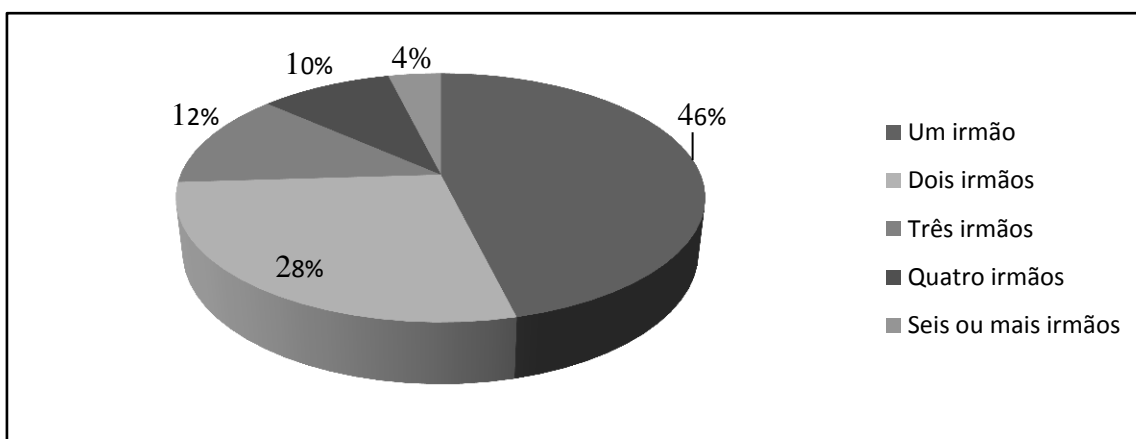
Existência de irmãos nas crianças/jovens com processo ativo na CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012.



Quanto à existência ou não de irmãos verifica-se que a grande maioria das crianças/jovens têm um ou mais irmãos. Como se pode verificar no gráfico 9a, cento e quatro crianças/jovens (79%) têm pelo menos um irmão e as restantes vinte e oito crianças/jovens (21%) são filhos únicos.

Gráfico 9b.

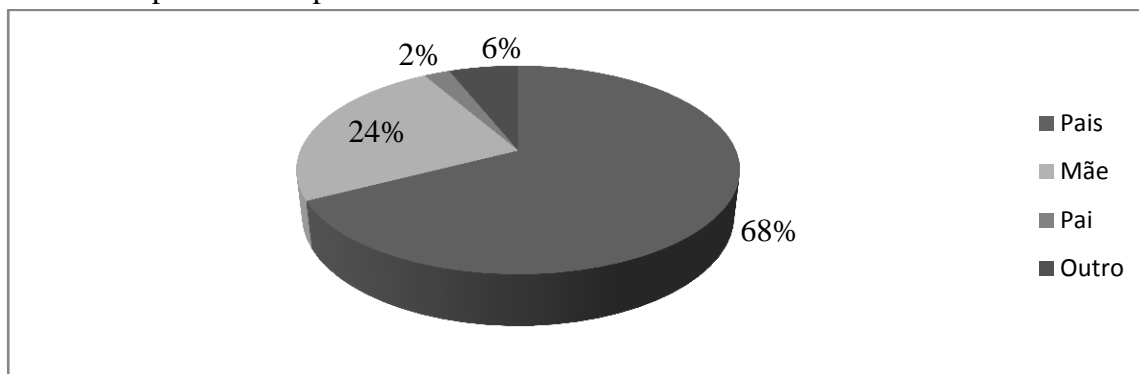
Número de irmãos nas crianças/jovens com processo ativo na CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012.



Complementarmente o gráfico 9b permite perceber que das cento e quatro crianças/jovens com irmãos a maioria tem um único irmão (quarenta e oito crianças/jovens, 46%); com dois irmãos existem vinte e nove crianças/jovens (28%); treze das crianças/jovens (12%) têm três irmãos e com quatro irmãos verifica-se que existem dez crianças/jovens (10%). Finalmente com seis ou mais irmãos encontram-se quatro crianças/jovens (4%).

Gráfico 10.

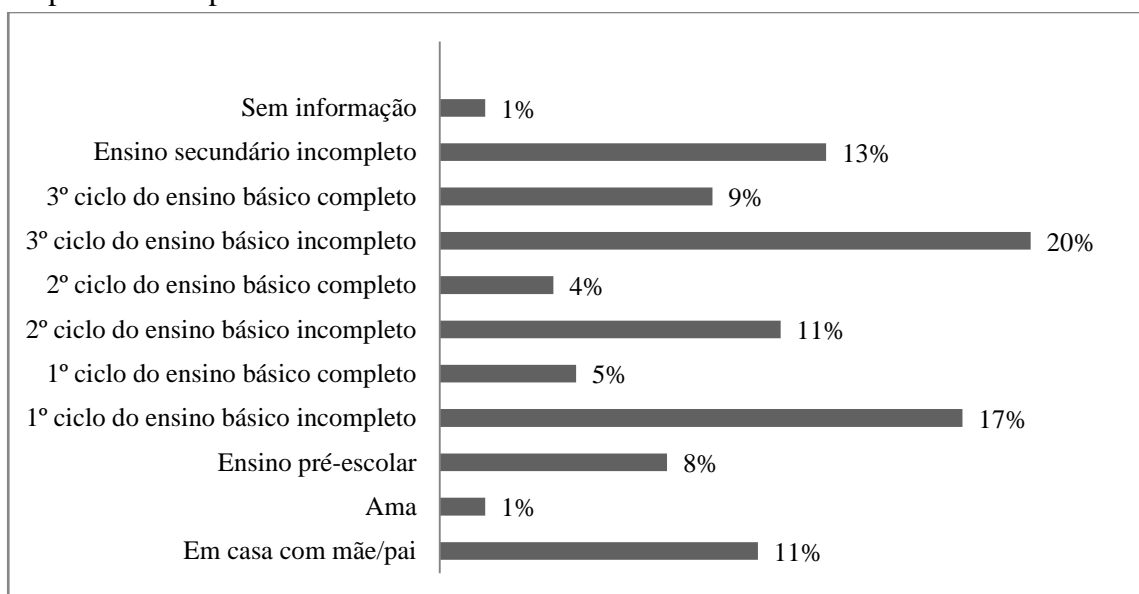
Poder paternal exercido nas crianças/jovens com processo ativo na CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012.



Quanto ao poder paternal exercido nas crianças/jovens com processo ativo na CPCJ da Póvoa de Varzim verifica-se, através do gráfico 10, que a grande maioria é da responsabilidade de ambos os pais com oitenta e nove processos (68%). As mães encontram-se em segundo lugar com trinta e dois processos (24%) e os pais, em último, com três processos (2%). No item “outros” são identificados oito processos (6%); nestes casos o poder paternal era exercido por representantes legais ou por outras entidades.

Gráfico 11.

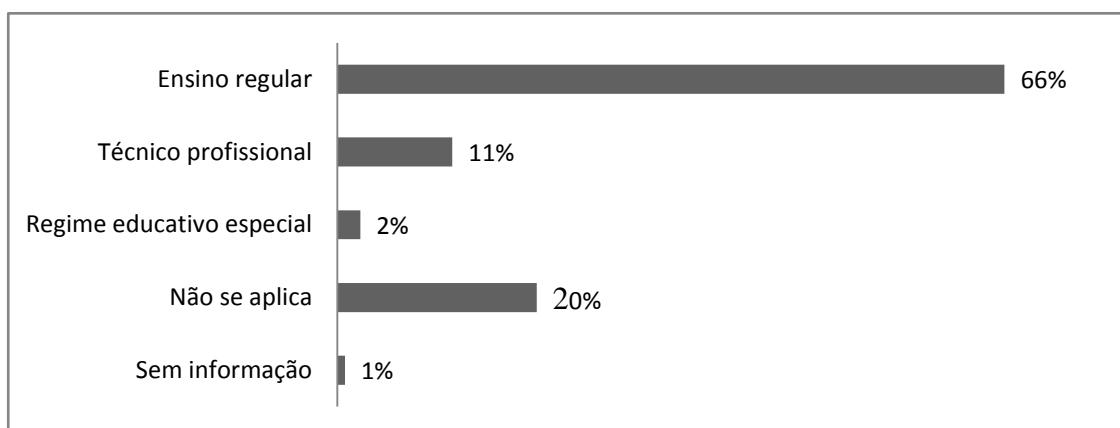
Situação escolar das crianças/jovens com processo ativo na CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012.



Relativamente à situação escolar da criança/jovem com processo ativo verifica-se, no gráfico 11, que vinte e seis crianças ainda não estão em idade escolar encontrando-se numa das seguintes situações: em casa com a mãe/pai (catorze crianças; 11%); com uma ama (duas crianças; 1%) ou no ensino pré-escolar (dez crianças; 8%). No primeiro ciclo do ensino básico incompleto encontram-se vinte e três crianças (17%) e no ensino básico completo seis (5%). No segundo ciclo do ensino básico incompleto encontram-se quinze crianças (11%) e no completo cinco (4%). No terceiro ciclo do ensino básico incompleto encontram-se vinte e seis crianças (20%) e no ensino básico completo doze (9%). Quanto ao ensino secundário incompleto encontram-se dezassete jovens (13%). Em dois dos processos (1%) analisados não foi possível identificar qual a situação escolar em que se encontravam devido a falta de informação.

Gráfico 12.

Tipologia de ensino das crianças/jovens com processo ativo na CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012.



Quanto à tipologia de ensino o gráfico 12 demonstra que a grande maioria das crianças/jovens (oitenta e sete; 66%) frequenta o ensino regular. O ensino técnico profissional é frequentado por quinze jovens (11%) e o regime educativo especial por três crianças/jovens (2%). Num dos processos (1%) não foi possível identificar qual a tipologia de ensino devido à falta de informação. Às restantes vinte e seis crianças (20%)

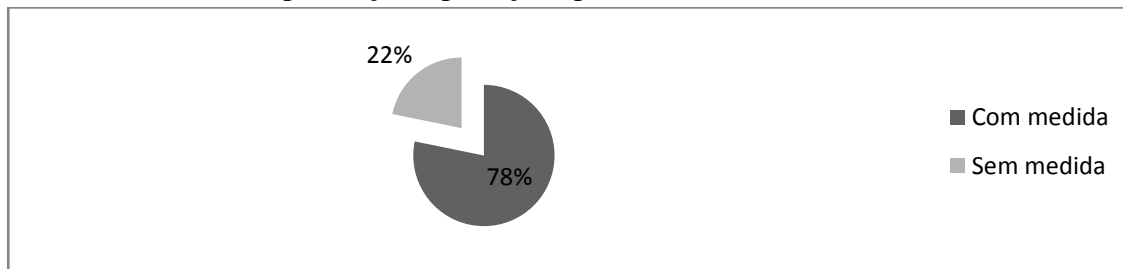
não é identificado nenhuma tipologia de ensino porque ainda não se encontram em idade escolar.

3.1.3. Medidas de promoção e proteção aplicadas, problemáticas e fatores identificados

Relativamente à aplicação de medidas de promoção e proteção foram analisados somente os processos que se encontram ativos, ou seja, cento e trinta e dois processos. Quanto à identificação das problemáticas e dos fatores de risco e de proteção associados foram analisados os processos ativos nos quais já tinha sido aplicado pelo menos uma medida de promoção e proteção.

Gráfico 13.

Processos ativos na CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012 com medida de promoção e proteção aplicada.



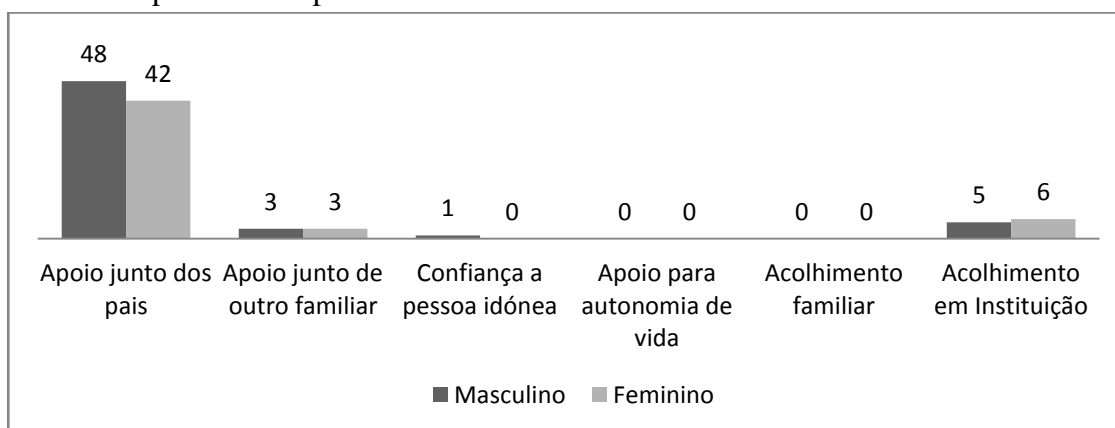
Verifica-se, através do gráfico 13, que a grande maioria dos processos ativos tem medida de promoção e proteção aplicada. Identificam-se cento e quatro processos (78%) com medida de promoção e proteção e apenas vinte e nove processos (22%) sem qualquer tipo de medida aplicada. É de salientar que pode ser aplicada mais do que uma medida de promoção e proteção, o que pode explicar a razão pela qual a soma dos processos com ou sem medida exceder o número de processos ativos.

Como já mencionado anteriormente, as medidas de promoção e proteção que podem ser aplicadas nas CPCJ's são: apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar,

confiança a pessoa idónea, apoio para a autonomia de vida, acolhimento familiar e acolhimento em Instituição.

Gráfico 14.

Medidas de promoção e proteção aplicadas nos processos ativos da CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012.



Através da análise do gráfico 14 verifica-se que a medida mais aplicada foi “apoio junto dos pais” (noventa processos). Outras medidas aplicadas mas em menor número foram “acolhimento em Instituição” (onze processos), “apoio junto de outro familiar” (seis processos) e “confiança a pessoa idónea” (um processo). As medidas “apoio para autonomia de vida” e “acolhimento familiar” não foram aplicadas em nenhum processo ativo analisado.

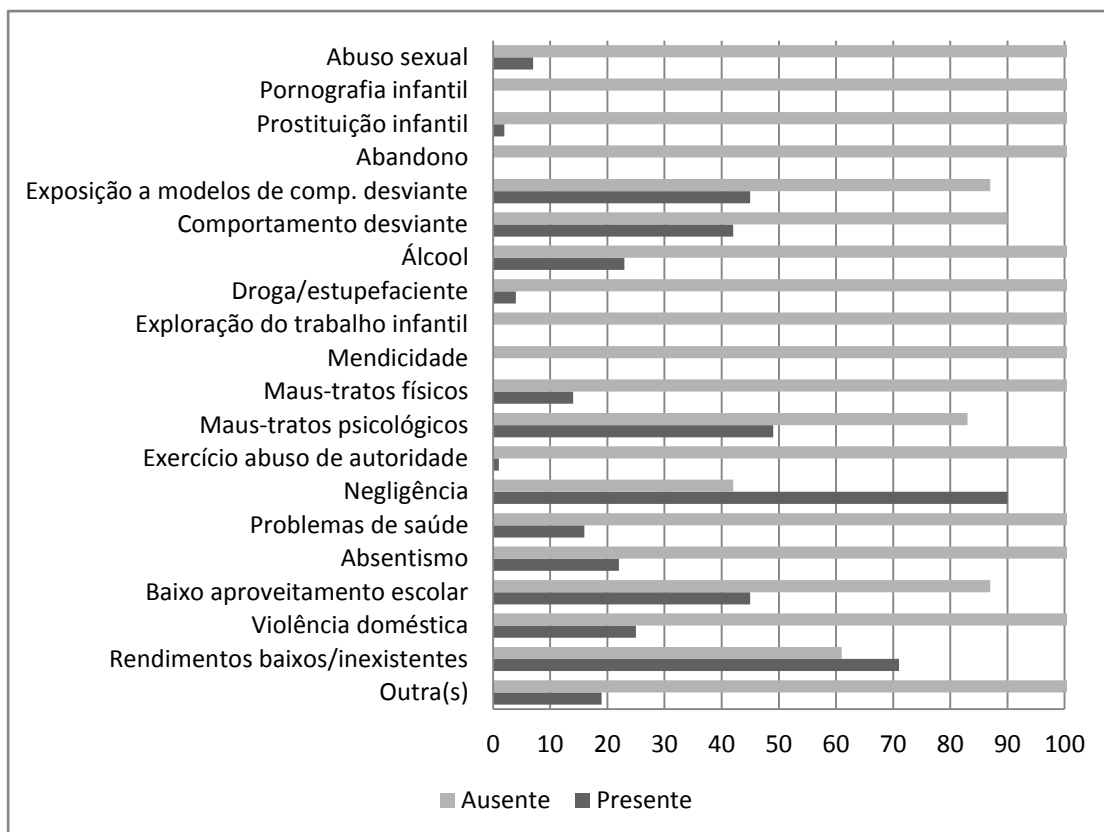
No entanto, tendo em consideração o género das crianças/jovens percebemos que existem poucas diferenças na altura de aplicar as medidas de promoção e proteção. Verifica-se na medida “apoio junto dos pais” mais seis processos do género masculino comparativamente ao feminino; na medida “apoio junto de outro familiar” os géneros são equiparados; e na medida “acolhimento em Instituição” encontra-se mais um processo do género feminino.

Estas medidas de promoção e proteção são aplicadas nas CPCJ’s com o objetivo de eliminar ou atenuar determinadas problemáticas identificadas na criança jovem e/ou

respetivo agregado familiar. Através da análise dos processos ativos e com medida de promoção e proteção aplicada na CPCJ da Póvoa de Varzim, assim como a revisão bibliográfica efetuada para esta investigação (Costa & Sani, 2007; Ferreira, 2010; Maia & Williams, 2005; Matos, Gonçalves & Machado, 2011; Monteiro & Soeiro, 2012; Sani, 2006; Sierra & Mesquita, 2006), foram seleccionadas as seguintes problemáticas: abuso sexual, pornografia infantil, prostituição infantil, abandono, exposição a modelos de comportamento desviante, comportamento desviante, álcool, droga/estupefaciente, exploração do trabalho infantil, mendicidade, maus-tratos físicos, maus-tratos psicológicos, exercício abuso de autoridade, negligência, problemas de saúde, absentismo, baixo aproveitamento escolar, violência doméstica, rendimentos baixos/inexistentes, outras.

Gráfico 15.

Problemáticas identificadas nos processos ativos da CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012 e com medida de promoção e proteção aplicada.



Através da observação do gráfico 15 é possível verificar que a problemática mais detetada nos cento e trinta e dois processos que se encontram ativos é a “negligência”, com um total de noventa processos.

Identificam-se ainda outras problemáticas presentes num número razoável de processos, nomeadamente: “rendimentos baixos/inexistentes” (setenta e um processos), “maus tratos psicológicos” (quarenta e nove processos), “exposição a modelos de comportamento desviante” (quarenta e cinco processos), “comportamento desviante” (quarenta e dois processos) e “baixo aproveitamento escolar” (quarenta e cinco processos).

A problemática “violência doméstica” foi identificada em vinte e cinco processos; o “absentismo” em vinte e dois processos; o “álcool” em vinte e três processos; a “problemas de saúde” em dezasseis processos; os “maus-tratos físicos” em catorze processos.

Em números menores foram identificadas as seguintes problemáticas: “abuso sexual” (sete processos), “droga/estupefaciente” (quatro processos), “prostituição infantil” (dois processos) e “exercício abuso de autoridade (um processo). Nos restantes dezanove processos foram identificadas outras problemáticas.

No entanto, existem problemáticas que não foram detetadas em nenhum dos processos ativos analisados, são elas: “pornografia infantil”, “abandono”, “exploração do trabalho infantil” e “mendicidade”.

É de salientar que podem existir mais do que uma problemática identificada num único processo. Esta é a razão para a qual a soma do número total de problemáticas exceder o total do número de processos ativos que foram analisados.

A análise documental dos processos permitiu ainda identificar vários fatores de proteção e de risco associados não só às crianças e jovens que estavam a ser

acompanhados nesta Comissão, mas também aos respetivos agregados familiares. Para tal, verificou-se a necessidade de recorrer a uma revisão bibliográfica a fim de identificar os fatores de risco e de proteção reconhecidos na literatura (Antoni & Koller, 2004; Ferreira, 2010; Fonseca, 2004; Pesce, Assis, Santos & Oliveira, 2004; Polleto & Koller, 2008; Sapienza & Pedromônico, 2005; Sierra & Mesquita, 2006).

Gráfico 16.

Fatores de risco e de proteção identificados nos processos ativos da CPCJ da Póvoa de Varzim no período compreendido entre 2011 e 2012 e com medida de promoção e proteção aplicada.

	Fator de risco		Fator de proteção		Sem informação		N.A.	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Histórico familiar	45	12.4	29	8.0	30	8.2	260	71.4
Capacidade e autonomia	46	12.6	56	15.4	2	0.5	260	71.4
Relacionamento/funcionamento familiar	49	13.5	55	15.1	0	0	260	71.4
Educação parental	8	2.2	95	26.1	1	0.3	260	71.4
Estabelecimento de regras e limites	48	13.2	56	15.4	0	0	260	71.4
Cuidados básicos	34	9.3	70	19.2	0	0	260	71.4
Afetividade	9	2.5	95	26.1	0	0	260	71.4
Estimulação	26	7.1	41	11.3	37	10.2	260	71.4
Segurança	28	7.7	64	17.6	12	3.3	260	71.4
Desenvolvimento emocional e comportamental	54	14.8	44	12.1	6	1.6	260	71.4
Saúde física	18	4.9	84	23.1	2	0.5	260	71.4
Relacionamento/funcionamento social	13	3.6	88	24.2	3	0.8	260	71.4
Integração social	8	2.2	92	25.3	4	1.1	260	71.4
Recursos comunitários	4	1.1	100	27.5	0	0	260	71.4

Caracterização da abordagem dos técnicos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens face à situação de perigo

Situação profissional	50	13.7	53	14.6	1	0.3	260	71.4
Situação escolar	42	11.5	43	11.8	1	0.3	260	71.4
Rendimento familiar	66	18.1	37	10.2	1	0.3	260	71.4
Condições habitacionais	13	3.6	89	24.5	2	0.5	260	71.4
Nº elementos do agregado	11	3.0	93	25.5	0	0	260	71.4
Outro(s)	28	7.7	2	0.5	74	20.3	260	71.4

É visível, através da análise do gráfico 16, que um determinado fator pode ser percepcionado como sendo um fator de risco ou um fator de proteção.

Ao nível dos fatores de risco são identificados, em maior número, os seguintes fatores: baixo ou inexistente rendimento familiar, deficitário desenvolvimento emocional e comportamental, não inserção no mercado de trabalho, deficitário relacionamento/funcionamento familiar, ausência de estabelecimento de regras e limites, ausência de capacidade e autonomia e histórico familiar. Ao nível dos fatores de proteção são reconhecidos, em maior número, os seguintes fatores: existência de recursos comunitários, presença de afetividade, presença de educação parental, reduzido número de elementos do agregado, existência de integração social, boas condições habitacionais, bom relacionamento/funcionamento social e presença de saúde física.

Para além dos fatores identificados foram ainda reconhecidos, ao longo da análise documental, outros fatores. Em relação aos fatores de risco foram identificados vinte e oito processos que continham outro tipo de fatores considerados de risco, e dois processos que apresentavam outros fatores de proteção para além dos já assinalados.

Uma vez que nem todos os processos continham informação necessária para determinar a existência ou não de determinado fator, foram assinalados no gráfico 16 como fatores “sem informação”.

3.2. Apresentação dos resultados obtidos através da administração do guião de entrevista

Nesta fase, os resultados obtidos através da administração do guião de entrevista serão divididos em três categorias: dinâmica e funcionamento, intervenção e obstáculos e desafios. Uma vez que se irá proceder à análise de conteúdo verificou-se a necessidade de definir categorias das quais emergiram subcategorias e subcategorias específicas, descritas no quadro que se segue.

Quadro 2. Categorias, subcategorias e subcategorias específicas de análise.

	Categorias	Subcategorias	Subcategorias Específicas
1	Dinâmica e Funcionamento	1.1) Caracterização da população alvo	1.1.1) Rendimentos 1.1.2) Escolaridade 1.1.3) Comportamento
		1.2) Trabalho multidisciplinar	1.2.1) Importância do trabalho multidisciplinar
2	Características da intervenção	2.1) Indicadores	2.1.1) Histórico familiar 2.1.2) Relacionamento/funcionamento familiar 2.1.3) Cuidados básicos 2.1.4) Condições habitacionais
		2.2) Fatores proteção	2.2.1) Presença de suporte familiar 2.2.2) Inserção no mercado de trabalho 2.2.3) Inserção em estabelecimento de ensino 2.2.4) Existência de afetividade

3		2.3) Fatores risco	2.3.1) Comportamento desviante/Exposição comportamento desviante 2.3.2) Ausência de suporte familiar 2.3.3) Ausência de regras e limites 2.3.4) Condições económicas precárias
		2.4) Resiliência	2.4.1) Importância da resiliência
	Obstáculos e desafios presentes no trabalho desenvolvido na CPCJ	3.1) Caracterização	3.1.1) Multiplicidade de problemáticas 3.1.2) Dificuldade intervenção 3.1.3) Dificuldade de articulação
		3.2) Estratégias para ultrapassar os obstáculos	3.2.1) Articulação com outras entidades e profissionais 3.2.2) Formação dos técnicos que integram a CPCJ

3.2.1. Dinâmica e funcionamento

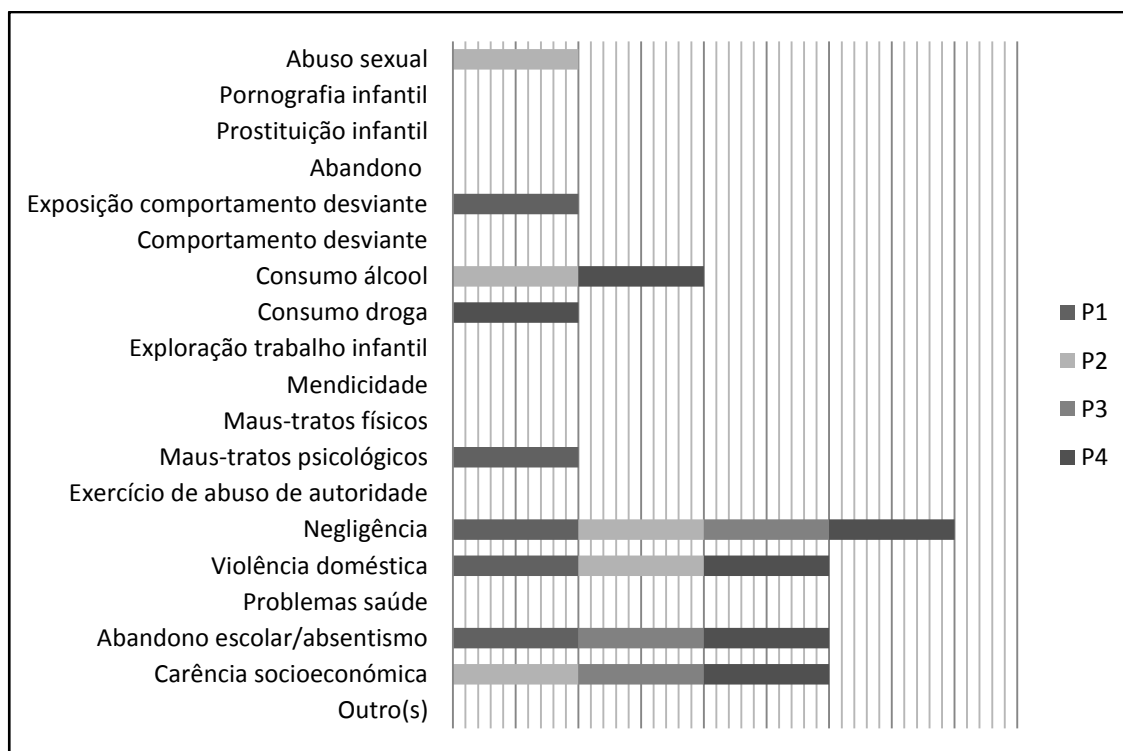
A população alvo com a qual as técnicas da CPCJ da Póvoa de Varzim intervêm é caracterizada principalmente ao nível dos rendimentos, da escolaridade e formação profissional e pelo comportamento desviante.

Todas as técnicas (n=4) mencionam um elevado número de famílias com carência socioeconómica e com baixa escolaridade. Caracterizam a grande maioria das crianças e jovens com as quais intervêm com problemas de comportamento desviante ou expostas ao mesmo; para além disso identificam também um número elevado de abandono escolar e absentismo. A população alvo surge ainda caracterizada por algumas técnicas (n=2) como possuindo problemas de natureza psiquiátrica ou psicológica.

Em relação às problemáticas mais sinalizadas na CPCJ da Póvoa de Varzim é possível verificar, através do gráfico 17, que as técnicas identificam a negligência como sendo a problemática mais sinalizada.

Gráfico 17.

Problemáticas mais sinalizadas segundo as técnicas que integram a CPCJ da Póvoa de Varzim.



Outras das problemáticas sinalizadas são a violência doméstica (n=3), o abandono escolar/absentismo (n=3) e a carência socioeconómica (n=3). De salientar também o consumo excessivo de álcool (n=2) como uma problemática existente nesta CPCJ e, em menor número, o abuso sexual (n=1), a exposição ao comportamento desviante (n=1), consumo de droga (n=1) e maus-tratos psicológicos (n=1).

Importa referir que as problemáticas identificadas podem estar diretamente relacionadas com a criança/jovem ou com o seu agregado familiar.

De modo a compreender a multidisciplinidade e a importância dada à mesma, as técnicas foram questionadas acerca dos profissionais com os quais trabalham dentro e fora da instituição e a articulação efetuada com outras instituições da comunidade.

Relativamente aos profissionais com os quais trabalham dentro da CPCJ percebemos que a equipa é formada por profissionais de diferentes áreas, nomeadamente o Serviço Social, Psicologia, Educação, Enfermagem e Direito. Fora da instituição, para além das já citadas, são identificadas ainda as autoridades policiais (n=4) e os juristas (n=2) como parceiras no trabalho desenvolvido pela Comissão. Segundo as técnicas (n=4), a articulação com outros profissionais tem um grau de importância elevado.

Quanto às instituições com as quais articulam são identificadas outras CPCJ (n=4), estabelecimentos de ensino (n=4), estabelecimentos de saúde (n=4), Ministério Público (n=4), PSP/GNR (n=4), IPSS (n=4), projetos (n=4), EMAT (n=4) e Segurança Social (n=4). A articulação e/ou colaboração desenvolvida com estas instituições é classificada com um grau de importância “elevado” (n=4). No entanto, as IPSS (n=2), projetos (n=3) e EMAT (n=2) são classificadas também como tendo “alguma importância”.

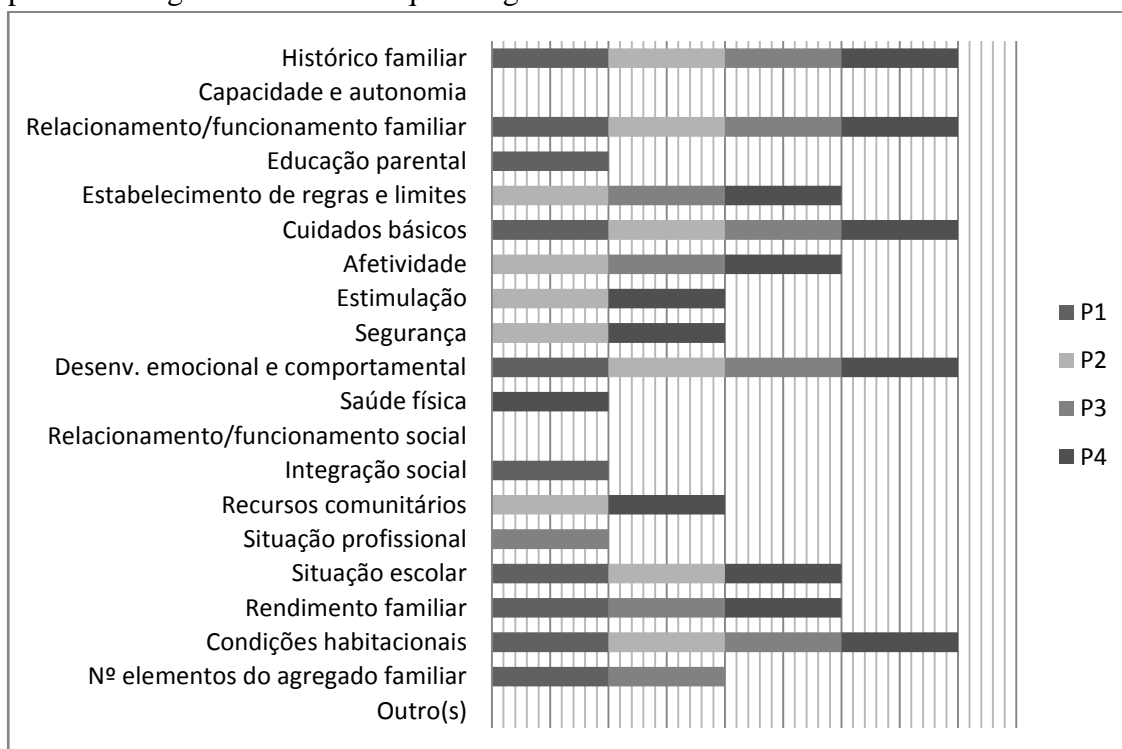
As técnicas foram ainda questionadas em relação à importância atribuída ao trabalho multidisciplinar; este foi classificado como sendo “muito importante” (n=4). O fundamento utilizado para sustentar esta avaliação está relacionado com o facto de se verificar uma multiplicidade de problemáticas e da necessidade de técnicos multidisciplinares para intervir de forma eficaz nas diferentes situações (e.g., *“O trabalho que diariamente se realiza numa CPCJ “obriga” a que constantemente se desenvolva uma intervenção multidisciplinar (...) a resolução das diferentes problemáticas não é possível sem esta forma de trabalhar (...) não há qualquer sentido se o trabalho desempenhado não for multidisciplinar”* – P1, n=4).

3.2.2. Características da intervenção

De modo a perceber quais os indicadores que as técnicas da CPCJ privilegiam aquando da avaliação dos processos, foi pedido que assinalassem os que consideravam ser mais relevantes analisar/identificar.

Gráfico 18.

Indicadores considerados mais relevantes analisar/identificar aquando da avaliação dos processos segundo as técnicas que integram a CPCJ da Póvoa de Varzim.



É possível verificar, através do gráfico 18, que o histórico familiar, o relacionamento/funcionamento familiar, os cuidados básicos, o desenvolvimento emocional e comportamental e as condições habitacionais são os indicadores considerados por todas as técnicas (n=4) como sendo os mais relevantes analisar aquando da avaliação dos processos. No entanto, é possível ainda salientar o estabelecimento de regras e limites, a afetividade, a situação escolar e o rendimento familiar como outros indicadores considerados importantes pela maioria das técnicas (n=3).

Estes indicadores foram considerados os mais relevantes analisar e identificar aquando da avaliação dos processos pois “(...) *permitem, num primeiro atendimento, efetuar a recolha de elementos que nos proporcionam contextualizar a família e proceder à avaliação diagnóstica da mesma*” - (P1). De salientar que, dependendo da problemática sinalizada, a atenção direcionada para os diferentes indicadores modifica; “(...) *os indicadores aos quais oferecemos mais atenção dependem da sinalização e da problemática*” - (P3); “(...) *permitem perceber a situação a nível global mas tudo depende da problemática em questão*” - (P2).

Relativamente aos fatores de proteção e de risco, as técnicas foram questionadas acerca do grau de importância dedicado a ambos os fatores identificados na criança/jovem e respetiva família ao longo da intervenção. Numa escala de 0 a 10 (sendo 0 nenhuma importância e 10 muita importância), os fatores de proteção foram classificados com nível 7 (n=1); com nível 8 (n=2) e com nível 9 (n=1).

Como fatores de proteção são identificados diversos fatores que permitem criar uma maior segurança ou retaguarda, sejam eles relacionados diretamente com as características das crianças/jovens, com a constituição das respetivas famílias ou até pelos recursos disponíveis na comunidade. Os fatores de proteção identificados por todas as técnicas (n=4) são: existência de retaguarda familiar, progenitores ou cuidadores inseridos no mercado de trabalho, menores integrados no respetivo equipamento escolar, afetividade. Outros dos fatores identificados são acesso a serviços da comunidade (n=1), situação socioeconómica estável (n=2) e presença de indivíduo(s) de referência para o menor (n=2). De salientar que os fatores podem ser identificados como sendo protetivos numa determinada situação e não noutra (e.g., “(...) *por vezes os pais possuem emprego e boa capacidade económica mas verifica-se negligência e falta de retaguarda*” - P4;

“(...) é preciso contextualizar a situação para saber identificar como fator de proteção ou de risco (...)” - P1).

Quanto aos fatores de risco, estes foram classificados pelas técnicas em relação ao grau de importância (numa escala de 0 a 10, sendo 0 nenhuma importância e 10 muita importância) com nível 10 (n=1) e com nível 9 (n=3). Verifica-se, por isso, a atribuição de um grau de importância superior nos fatores de risco em comparação com os fatores de proteção.

São identificados por todas as técnicas os seguintes fatores de risco (n=4): comportamento desviante e exposição ao mesmo, falta de retaguarda familiar, incapacidade de estabelecer regras e limites, baixas condições económicas. São também identificados com fatores de risco a falta de autonomia (e.g., *“os pais, por vezes, delegam nas entidades a resolução de todos os problemas, não apresentando autonomia”* – P1), desvalorização da educação e saúde (e.g., *“desvalorização do papel da escola e não cumprimento das orientações médicas por parte dos progenitores”* – P4). Todas as técnicas (n=4) mencionam que, tal como nos fatores protetivos, também estes fatores só podem ser considerados de risco após contextualizar devidamente a problemática. Por vezes, um fator de risco poderá ser identificado como tal mas não ter consequências negativas ou afetar diretamente a criança/jovem.

A partir da perspetiva de que nem sempre os fatores de risco afetam diretamente a criança/jovem tornou-se pertinente questionar as técnicas acerca do conceito de *resiliência*. Sendo este conceito definido como a capacidade de um indivíduo enfrentar adversidades sem se sucumbir a elas, as técnicas foram questionadas se a presença desta característica era fundamental, nas crianças/jovens e/ou respetivos agregados familiares, para se verificar o sucesso da intervenção.

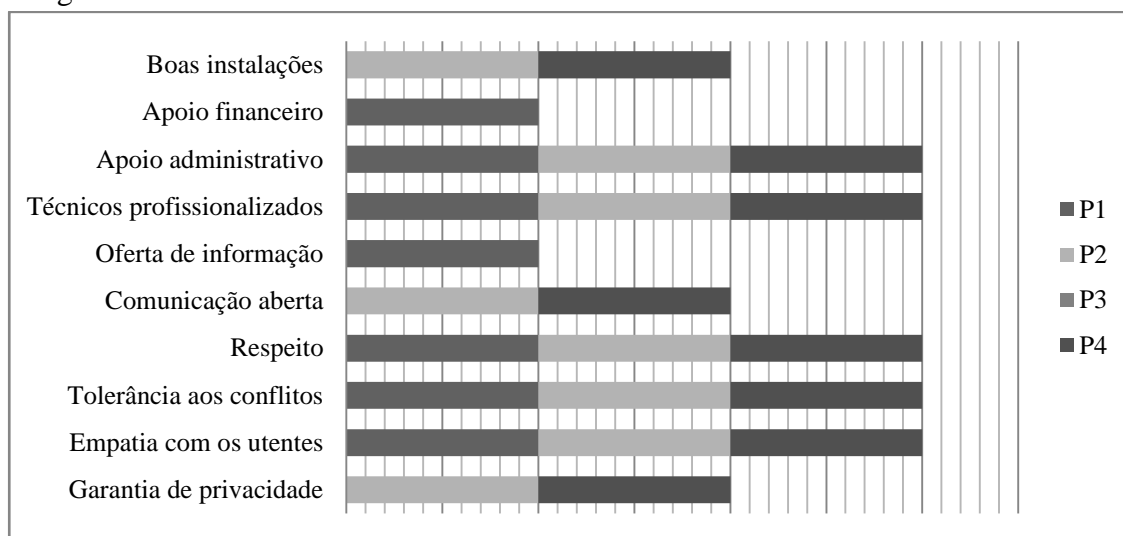
Todas as técnicas (n=4) mencionaram que a resiliência era uma característica importante para o sucesso da intervenção no entanto, por si só, poderá não ser suficiente para obter uma intervenção totalmente eficaz. Consideram que, para além das características da criança/jovem são também importantes as características do agregado familiar e do próprio contexto onde estão inseridos. A existência de vários fatores protetivos, nomeadamente a resiliência, não implicam necessariamente uma intervenção eficaz mas sim uma maior possibilidade de tal ocorrer (e.g., *“em todas as intervenções torna-se necessário conjugar esforços a diversos níveis. Para além da resiliência, deve haver um acompanhamento sistematizado e articulado (...) as diferentes entidades envolvidas devem disponibilizar meios necessários”* – P1; *“(...) a resiliência por si só pode não funcionar, é fundamental a conjugação de diversos fatores ao nível do menor, da família e da própria comunidade”* – P3).

Posteriormente, e tendo em consideração que as próprias condições da Comissão são importantes para a realização de um bom trabalho e podem influenciar uma melhor ou pior intervenção, as técnicas foram questionadas acerca das características que consideram estar presentes na CPCJ da Póvoa de Varzim.

De acordo com as respostas obtidas, foram identificadas as seguintes características.

Gráfico 19.

Características presentes na CPCJ da Póvoa de Varzim segundo as técnicas que a integram.



Tal como se verifica no gráfico 19, são identificadas por um maior número de técnicas (n=3) as seguintes características: apoio administrativo, técnicos profissionalizados, respeito, tolerância aos conflitos e empatia com os utentes. Com um número considerável (n=2) estão também sinalizadas as boas instalações, a comunicação aberta e a garantia de privacidade. No entanto, o apoio financeiro e a oferta de informação não são identificadas como sendo uma característica tão presente na CPCJ (n=1).

3.2.3. Obstáculos e desafios presentes no trabalho desenvolvido na CPCJ

As técnicas que trabalham na CPCJ deparam-se com diversos obstáculos e desafios. Todas (n=4) identificaram como sendo uma dificuldade a diversidade de problemáticas existentes nas quais necessitam de intervir e a articulação com alguns profissionais. São também reconhecidos como dificuldade (n=2) a falta de conhecimento para atuar em determinadas situações e o encaminhamento mais indicado a efetuar. Por outro lado, a falta de recursos e apoios na comunidade poderão constituir também um obstáculo

aquando da intervenção (n=3); (e.g., “*Multiplicidade de problemáticas (...) aumento do nível de exigência na intervenção realizada*” – P1; “*Aumento do número de jovens com problemas de comportamento, problemas de natureza psicológica e/ou psiquiátrica (...) dificuldade de encaminhamento para estruturas especializadas*” - P3; “*Dificuldade em estabelecer contacto com alguns profissionais de educação e de saúde*” - P4).

De modo a conseguirem lidar com estes obstáculos e desafios encontraram algumas estratégias, nomeadamente na articulação com outras entidades e profissionais e aposta na formação, quer interna ou externa à CPCJ.

3.3. Síntese dos resultados

Entre 2011 e 2012 foram instaurados na CPCJ da Póvoa de Varzim trezentos e sessenta e quatro processos, sendo que se verificou um ligeiro acréscimo de 4% no ano de 2012. Este acréscimo vai de encontro com a informação obtida através do Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ's (2012), que menciona ter existido um maior número processual em 2012 comparativamente com 2011.

Destes processos, a grande maioria (41.2%) encontra-se arquivada sendo a principal razão deste arquivamento a ausência da situação de perigo; e encontram-se ativos 36.3% processos.

A sinalização destas situações de perigo ocorreu preferencialmente por escrito. Este facto é compreensível quando se verifica que as principais entidades sinalizadoras são estabelecimentos de ensino e autoridades policiais.

A análise efetuada permitiu também elaborar uma caracterização sociodemográfica da criança/jovem e respectivo agregado familiar que se encontrava a ser acompanhado. Apesar de não se verificar uma grande diferença em relação ao sexo, o sexo masculino é ligeiramente superior. As idades estão compreendidas entre um e os vinte anos,

detetando-se um maior número de jovens entre os quinze e os dezoito anos de idade. Relativamente à situação escolar, e tendo em consideração a faixa etária sinalizada, verifica-se um elevado número de jovens com o 3º ciclo de ensino básico incompleto e o ensino secundário incompleto, encontrando-se a generalidade a frequentar o ensino regular.

A grande maioria das crianças/jovens reside com a mãe biológica ou com ambos os pais biológicos. Verifica-se também que grande parte deles tem pelo menos um irmão, detetando-se no entanto agregados bastante numerosos. Quanto ao poder paternal, este é exercido maioritariamente por ambos os pais.

Segundo as técnicas da CPCJ, a população com a qual intervêm é caracterizada fundamentalmente pela carência socioeconómica, baixa escolaridade e pouca ou nenhuma formação profissional.

Em relação às medidas de promoção e proteção aplicadas nos processos ativos na CPCJ da Póvoa de Varzim verificou-se que a grande maioria tem pelo menos uma medida aplicada. Das diferentes medidas de promoção e proteção é identificada a medida de apoio junto dos pais como sendo a mais utilizada para atenuar ou eliminar as diferentes problemáticas identificadas e os fatores de risco inerentes às mesmas. Esta análise vai de encontro aos resultados no Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ's (2012). Ao analisar a aplicação de medidas e a sua relação com o sexo das crianças/jovens não se verificaram diferenças significativas a serem salientadas.

Ao nível das problemáticas foi identificada a negligência como sendo a problemática mais presente nos diversos processos. Também os rendimentos baixos ou inexistentes, os maus-tratos psicológicos, a exposição a modelos de comportamento desviante, o comportamento desviante e o baixo aproveitamento escolar foram reconhecidos como problemáticas presentes nesta população. As técnicas identificam ainda a violência

doméstica e o consumo excessivo de álcool como problemáticas bastante presentes nesta população. Estes resultados vão de encontro aos resultados obtidos no Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ's (2012), que mencionam que a principal problemática presente é a negligência, seguida da exposição a modelos de comportamento desviante.

4. Discussão dos resultados

A partir da análise dos resultados obtidos através da análise documental e da realização das entrevistas às técnicas que integram a CPCJ da Póvoa de Varzim foi possível chegar a algumas conclusões inerentes à investigação.

O trabalho desenvolvido nas Comissões só é possível devido à multidisciplinariedade presente e à articulação desenvolvida com outras entidades. Quanto à multidisciplinariedade, percebemos que esta Comissão integra técnicas de diferentes áreas (Serviço Social, Psicologia, Educação, Enfermagem e Direito) e articula com profissionais de diferentes áreas também, sendo esta multidisciplinariedade considerada um fator muito importante e uma mais valia aquando da intervenção devido à multiplicidade de problemáticas existentes. Verifica-se a preocupação de integrar técnicos profissionalizados que possuam capacidade de resolver de forma rápida e eficaz as diferentes situações de perigo (CNPCJR, 2013; Fonseca, 2004; Magalhães, 2005; Ribeiro, 2009).

A articulação com outros profissionais e entidades funciona ainda como um auxílio no processo da intervenção. Estes funcionam não só como sinalizadores, mas também como entidades de acompanhamento, possibilitando, deste modo, uma maior probabilidade de eficácia na resolução ou cessação do perigo (Ferreira, 2010; Magalhães, 2005).

A falta de especialização de alguns técnicos que integram as CPCJ's continua a ser um ponto negativo e capaz de dificultar a eficácia das intervenções. Também o excessivo número de processos e a particularidade de muitos dos técnicos trabalharem a tempo parcial não permite um trabalho tão eficaz quanto o previsto (Ferreira, 2010; Fonseca, 2004; Magalhães, 2005).

Este trabalho desenvolvido pelos vários técnicos que integram a CPCJ deve envolver não só a criança e jovem mas também, e fundamentalmente, o seu agregado familiar. A grande maioria das situações de mau trato é perpetrada em casa pela própria família. Esta situação, segundo diversos autores (e.g., Cecconello, 2003; Costa & Sani, 2007; De Antoni, 2005; Ferreira, 2010; Machado & Gonçalves, 2008; Maia & Williams, 2005; Matos, Gonçalves, & Machado, 2011; Monteiro & Soeiro, 2012; Sani, 2006; Sierra & Mesquita, 2006), poderá ocorrer devido ao isolamento social, à falta de rede de apoio e ausência de recursos na comunidade, a dificuldades financeiras, e também à aceitação cultural dos maus tratos como sendo uma forma de punição e/ou educação. A existência de maus tratos dentro do sistema familiar evidencia ainda uma grande fragilidade nas relações e a presença de vulnerabilidade

A existência de diferentes tipos de maus tratos (físicos, psicológicos, negligência e abuso sexual) poderá dificultar a detecção da verdadeira problemática por parte do profissional. Estes devem estar devidamente capacitados para identificar e reconhecer os sinais de alerta e as características presentes nas crianças e jovens e respetivo agregado familiar. Devem oferecer uma especial atenção ao analisar o tipo de mau trato, pois devem considerar não só a intencionalidade do ato exercido, mas também o efeito que provocou e a forma como esse comportamento foi percepcionado (Magalhães, 2005; Maia & Williams, 2005; Oates, 1996; Ribeiro, 2009; Rodin & Stewart, 2012; Starr, 1988).

Por vezes, torna-se complicado conseguir distinguir os diferentes maus tratos, tal como é possível verificar nos resultados obtidos neste estudo. Embora na análise documental se detete um elevado número de processos com a problemática “exposição ao comportamento desviante” e “maus tratos psicológicos”, as técnicas identificam-nas em menor número. Esta situação pode estar relacionada com o facto de o mau trato

psicológico, apesar de poder ocorrer de forma isolada, também ser transversal a todo o tipo de mau trato e poder estar “camuflado” noutra problemática (Bifulco & Moran, 1998; Magalhães, 2005; Maia & Williams, 2005; Ribeiro, 2009).

Na avaliação do mau trato deve imperar sempre o bom senso e o profissionalismo. A existência de determinadas características e sinais podem auxiliar o profissional a detetar a existência de perigo, no entanto é imprescindível ter em consideração o contexto, pois isoladamente essas mesmas características podem não constituir um fator de perigo (Antunes, 2011; Magalhães, 2005; Maia & Williams, 2005; Paine & Hansen, 2002; Pesce, Assis, Santos, & Oliveira, 2004; Ribeiro, 2009).

Quando questionadas acerca dos indicadores que consideram mais relevantes analisar num primeiro contacto, as técnicas identificaram o histórico familiar, o relacionamento/funcionamento familiar, os cuidados básicos, o desenvolvimento emocional e comportamental e as condições habitacionais. Estes indicadores permitem, segundo as mesmas, contextualizar o agregado familiar e proceder à avaliação diagnóstica da mesma, no entanto tudo depende da problemática sinalizada Antunes, 2011; Magalhães, 2005; Maia & Williams, 2005; Pesce, Assis, Santos, & Oliveira, 2004; Magalhães, 2005; Paine & Hansen, 2002; Ribeiro, 2009.

É importante salientar que nesta primeira análise os diferentes indicadores vão sendo classificados como sendo de risco ou de proteção. Tal como mencionam vários autores (De Antoni, Barone, & Koller, 2007; Magalhães, 2005; Pesce, Assis, Santos & Oliveira, 2004), é necessário ter cuidado ao avaliar os fatores. Numa determinada situação poderá ser considerado um fator protetivo ou um fator de risco. Compete ao técnico realizar uma análise contextualizada, pois isoladamente um fator pode não constituir perigo. É necessário ter em consideração o evento, o processo, o momento em que ocorre assim como identificar as diversas potencialidades da criança/jovem e também do seu

agregado familiar. Uma análise precipitada pode ser perigosa na medida em que, definindo o fator de risco de forma isolada e arbitrária, pode conduzir a uma avaliação errada e, possivelmente, a uma intervenção ineficaz (De Antoni, Barone, & Koller, 2007; Martins, 2004; Rutter, 1989; Yunes, 2003).

Ao trabalhar com esta população importa considerar o combinado de características ou fatores que irão facilitar ou dificultar a intervenção por parte dos técnicos das Comissões. É importante saber identificar os fatores de risco para conseguir aplicar de forma mais eficaz as medidas de promoção e proteção e, assim, reduzir ou cessar o perigo. Contudo não será de negligenciar que as competências dos indivíduos podem funcionar como fatores de proteção contra as adversidades (Martins, 2004; Pesce et al., 2004; Ribeiro & Sani, 2009; Richman & Fraser, 2001; Rutter, 1989; Werner, 2011).

Sendo os fatores de risco definidos como potencializadores de ocorrência de mau trato e os de proteção como aqueles que impedem ou amenizam a violência, as técnicas da CPCJ da Póvoa de Varzim identificaram fatores que vão ao encontro dos mencionados na literatura.

Ao nível dos fatores de risco foram identificados a inexistência ou baixo rendimento familiar, o deficitário desenvolvimento emocional e comportamental, a não empregabilidade, o deficitário relacionamento/funcionamento familiar, a ausência de estabelecimento de regras e limites, a ausência de capacidade e autonomia e o histórico familiar. Para além destes, as técnicas mencionaram também a existência de comportamento desviante e a exposição ao mesmo, a falta de retaguarda familiar, a falta de autonomia e a desvalorização da educação e saúde como constituindo fatores de risco (Antoni & Koller, 2004; Ferreira, 2010; Fonseca, 2004; Pesce et al., 2004; Poletto & Koller, 2008; Ribeiro & Sani, 2009; Richman & Fraser, 2001; Sapienza & Pedromônico, 2005; Sierra & Mesquita, 2006).

Nos fatores de proteção foram reconhecidos a existência de recursos comunitários, a presença de afetividade, a presença de educação parental, o reduzido número de elementos do agregado, a boa integração social, a existência de boas condições habitacionais, o bom relacionamento/funcionamento social e a existência de saúde física. Para além destes, as técnicas referiram que a presença de retaguarda familiar constituía um importante fator de proteção, assim como a constituição do agregado e também a existência de recursos comunitários existentes (De Antoni, Barone, & Koller, 2007; Grünspun, 2002; Pesce et al., 2004; Ribeiro & Sani, 2009; Richman & Fraser, 2001; Rutter, 1989; Sapienza & Pedromônico, 2005; Werner, 2011).

Através da revisão bibliográfica foi possível perceber que o conceito de resiliência tem uma ligação direta aos fatores de proteção, podendo ser categorizado como tal (Grünspun, 2002; Junqueira & Deslandes, 2003; Pesce et al., 2004; Pinheiro, 2004; Richman & Fraser, 2001; Slap, 2001). Tornou-se pertinente, por isso, questionar as técnicas relativamente à importância da presente desta característica, não só nas crianças e jovens mas também nos agregados familiares.

As técnicas mencionaram que a resiliência era uma característica importante para o sucesso da intervenção no entanto, por si só, poderia não ser suficiente para obter uma intervenção totalmente eficaz. Consideram que as características da criança/jovem são importantes em combinado com as características do agregado familiar e do próprio contexto onde estão inseridos. A existência de vários fatores protetivos, nomeadamente a resiliência, não implicam necessariamente uma intervenção eficaz mas sim uma maior possibilidade de tal ocorrer.

Esta conclusão vai de acordo com a revisão bibliográfica realizada. São vários os autores que defendem que a resiliência está associada aos fatores individuais tanto da criança como do agregado, ao contexto, a rede familiar e as experiências de vida. Esta

característica apesar de importante não significa uma resistência total à adversidade e quem a possui não se torna imune ou invulnerável às situações de risco (Fonseca, 2004; Pinheiro, 2004; Sapienza & Pedromônico, 2005; Slap, 2001).

Tal como as crianças/jovens e as famílias, também as instituições devem possuir características resilientes (Flach, 1991; Yunes, 2003). As técnicas identificaram como principais características presentes na CPCJ da Póvoa de Varzim o apoio administrativo, a existência de técnicos profissionalizados, o respeito, a tolerância aos conflitos e empatia com os utentes; também foram identificadas as boas instalações, a comunicação aberta e a garantia de privacidade.

Existem formas de intervenção mais eficazes apoiadas não só na análise dos fatores de risco mas também nos fatores de proteção. O grande objetivo das intervenções é cessar o perigo e, se os profissionais conseguirem identificar fatores de proteção na família e/ou na criança que poderão ajudar nesse processo, será uma mais-valia.

Para determinada intervenção ser bem-sucedida não deve limitar-se apenas a eliminar ou reduzir os efeitos dos fatores de risco, mas deve também promover o desenvolvimento dos mecanismos de proteção que contribuem para tornar os indivíduos mais resilientes. A eficácia dependerá do balanço, nem sempre estável ou definitivo, entre o número de fatores de risco e o número de fatores de proteção a que o indivíduo se vê exposto.

Os profissionais que integram a CPCJ em especial devem ser capazes de exercitar os indivíduos a desenvolver as suas competências ou, caso não existam, dotá-los das mesmas. Deve-se apostar em investir no desenvolvimento de competências que possam levar a criança ou o jovem a superar as adversidades a que está exposto.

CONCLUSÃO

Este estudo nada mais é do que uma oportunidade para repensar a forma de atuação das CPCJ's. Uma oportunidade de ver os problemas com uma nova perspetiva, utilizando todos os recursos que se encontrem disponíveis. No entanto, o mais difícil é conseguir detetar capacidades e fatores de proteção quando estes se encontram muitas vezes camuflados e escondidos por detrás dos perigos e fatores de risco.

Torna-se necessário encarar a intervenção como uma possibilidade de capacitar os indivíduos com características que os ajudem a ultrapassar os problemas que possam vir a surgir. Esta forma de intervir será sempre mais gratificante do que cessar um perigo que poderá despontar novamente.

Esta nova forma de atuação necessitará de um outro tipo de investimento. Investimento ao nível de uma maior e melhor formação para os profissionais; uma equipa cada vez mais multidisciplinar que se apoie na articulação com outras entidades; um maior número de técnicos nas CPCJ's. Por vezes, o insucesso de uma intervenção poderá não estar diretamente ligada ao profissionalismo do técnico mas sim ao excesso de processos com os quais tem de trabalhar e intervir.

Não obstante as potencialidades deste estudo, torna-se também importa refletir sobre algumas lacunas para que, em investigações futuras, o trabalho possa vir a ser aprimorado. Uma das limitações consiste no facto de abranger somente a CPCJ da Póvoa de Varzim, não permitindo generalizar nem ser representativo. O recurso a instrumentos construídos para o efeito, ainda que apoiados pela literatura, poderá conduzir a algumas lacunas e a falta de informação. A presença de processos com falta de informação e o facto de o questionário e a entrevista terem sido preenchidos individualmente pelos próprios técnicos poderá ter conduzido a algumas lacunas na fase de recolha de dados e posterior análise.

Concluimos assim que as intervenções com crianças e jovens em risco devem ser iniciadas o mais cedo possível, prolongar-se no tempo, envolver vários agentes e várias estratégias, estender-se a diversas áreas do funcionamento da criança e incidir tanto na redução dos fatores de risco como na promoção dos fatores de proteção. Será também importante facilitar e criar oportunidades de desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas, tanto na criança ou jovem como na sua família.

Em investigações futuras seria importante apostar na criação de novos modelos que, contrariamente aos modelos tradicionais que se centram nas incapacidades e nos défices, consigam potencializar as competências dos indivíduos. Um novo modelo que se centre nas forças e não nos problemas, que estabeleça um ambiente colaborativo e onde as soluções são construídas pelas famílias e pelos profissionais. Estudos correlacionando problemas de comportamento e fatores de risco são promissores; mas, ainda mais promissores podem ser as pesquisas sobre mecanismos de proteção e de resiliência em crianças expostas a ambientes de extremo risco.

As intervenções realizadas nas Comissões necessitam de uma visão mais otimista!

O que é a mágoa?

É uma espécie de nuvem, densa e sombria.

E a raiva?

É um estrondo de trovões ameaçadores.

E a angústia? O que é?

Uma chuvinha constante, fria e desoladora.

E o amor?

O amor sai todos os dias com um impermeável e um guarda-chuva!

Anónimo

Referências Bibliográficas

Antunes, M. (2011). *Fatores de risco e de proteção associados à resiliência: estudo comparativo entre adolescentes que vivem com a família e adolescentes acolhidos em lar de infância e juventude*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bérgamo, L. & Bason, M. (2011). Abuso físico infantil: analisando o estresse parental e o apoio social. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 27(1), pp. 13-21.

Bifulco, A. & Moran, P. (1998). *Wednesday's Child: Research into women's Experience of neglect and abuse in childhood and adult depression*. London, New York: Routledge.

Cecconello, A. et al. (2003). Práticas Educativas, Estilos Parentais e Abuso Físico no Contexto Familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, pp. 45-54.

CNPCJR Home Page [em linha]. Disponível em: <http://www.cnpcjr.pt/>. (consultado em: 09-04-13).

Código Penal (2011). Coimbra: Edições Almedina.

Costa, V. & Sani, A. (2007). Crianças expostas ao trauma da violência familiar: abordagens teóricas da sintomatologia de pós-stress traumático. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, 4, pp. 210-221.

De Antoni, C. (2005). *Coesão e hierarquia em famílias com história de abuso físico*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

De Antoni, C.; Barone, L. & Koller, S. (2007). Indicadores de Risco e de Proteção em Famílias Fisicamente Abusivas. *Psicologia - Teoria e Pesquisa*, 23(2), pp. 125-132.

De Antoni, C.; Koller, S. (2004). A pesquisa ecológica sobre violência no microssistema familiar. Koller, S. (Org.), *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil*, pp. 267-271.

Decreto-Lei nº98/98 de 18 de Abril. Diário da República I Série A. Nº91.

Decreto-Lei nº1 e 2/11 de 27 de Maio – Lei de Proteção à Infância.

Decreto-Lei nº 147/99 de 1 de Setembro – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Diário da República I Série A. Nº204.

Decreto-Lei nº189/91 de 17 de Maio. Diário da República I Série A. Nº113.

Ferrão, A. (s.d.). *Negligência Infantil*. [em linha]. Disponível em: <http://www.medicoassistente.com/modules/smartsection/item.php?itemid=120>. (consultado em 11-01-13).

Ferreira, J. (2010). Sistema de Proteção à Infância em Portugal – Uma Área de Intervenção e Estudo do Serviço Social. *Revista Katál*, 13(2), pp. 229-239.

Flach, F. (1991). *Resiliência: a arte de ser flexível*. São Paulo: Saraiva.

Fonseca, A. (2004). Crianças e Jovens em Risco: Análise de Algumas Questões Atuais. Silva et al (Eds). *Crianças e Jovens em Risco – da Investigação à Intervenção*. Coimbra: Edições Almedina.

Gallardo, J. (1994). *Maus Tratos na Infância*. Porto: Porto Editora.

Garcia, I. (2001). Vulnerabilidade e resiliência. *Adolescência Latinoamericana*, 2, pp. 128-130.

Gersão, E. (1980). As Comissões de Proteção a Menores: uma forma (gorada?) de participação popular na administração da justiça. *Revista Infância e Juventude*, 80(2), pp.20-28.

Grünspun, H. (2002). Violência e resiliência: a criança resiliente na adversidade. *Bioética*, 10(1), pp. 163-171.

Haggerty, R.; Sherrod, L.; Gamezy, N.; Rutter, M. (2000). *Stress, risk and resilience in children and adolescents: process, mechanisms and interventions*. New York: Cambridge University Press.

Junqueira, M. & Deslandes, S. (2003). Resiliência e Maus-tratos à Criança. *Cad. Saúde Pública*, 19(1), pp. 227-235.

Lessard-Hebert, Goyette, & Boutin (2005). *Investigação Qualitativa – Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Luthar, S. (1993). Annotation: methodological and conceptual issues in research on childhood resilience. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 34(4), pp. 441-453.

Machado, C. & Gonçalves, M. (2008). *Violência e vítimas de crimes: crianças*. Coimbra: Edições Quarteto.

Magalhães, T. (2005). *Maus Tratos em Crianças e Jovens – Guia Prático para Profissionais*. Coimbra: Edições Quarteto.

Maia, J. & Williams, L. (2005). Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. *Temas em Psicologia*, 13(2), pp. 91-103.

Martins, P. (2004). *Proteção de crianças e jovens em itinerários de risco – representações sociais, modos e espaços*. Braga: Universidade do Minho.

Masten, A. & Obradovic, J. (2006). Competence and resilience in development. *Annals New York Academy of Sciences*, 13(27), pp. 13-27.

Matos, M., Gonçalves, R., & Machado, C. (2011). *Manual de Psicologia Forense*. Braga: Psiquilíbrios Edições.

Monteiro, S. & Soeiro, C. (2012). *Manual de Procedimentos de Atendimento à Vítima*. Lisboa: Editora Coisas de Ler.

Oates, M. (1996). Psychiatric services for women following childbirth. *International Review of Psychiatry*, 8, pp. 87 – 98.

Oliveira, P. (2009). *Maus-Tratos – a Atitude dos Técnicos das Comissões de Proteção*. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Paine, M & Hansen, D. (2002). Factors influencing children to self-disclose sexual abuse. *Clinical Psychology Review*, 22, pp. 271-295.

Pesce, R.; Assis, S.; Santos, N. & Oliveira, R. (2004). Risco e Proteção: em Busca de um Equilíbrio Promotor de Resiliência. *Psicologia - Teoria e Pesquisa*, 20(2), pp. 135-143.

Pinheiro, D. (2004). A resiliência em discussão. *Psicologia em Estudo*, 9(1), pp. 67-75.

Planella, J. (2000). O que se sabe e nunca se diz: os maus tratos à infância numa perspetiva histórica. *Infância e Juventude*, 4, pp. 99-120.

Poletto, M. & Koller, S. (2008). Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia*, 25(3), pp. 405-416.

Portal municipal da Póvoa de Varzim Home Page [em linha]. Disponível em: <http://www.cm-pvarzim.pt/>. (consultado em: 11-09-13).

Procuradoria-Geral da República [em linha]. Disponível em: <http://www.pgr.pt/index.html>. [consultado em: 11-09-13].

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (2012) [em linha]. Disponível em: http://www.cnpcjr.pt/Relatorio_2012_28maio.pdf. [consultado em: 11-04-13].

Ribeiro, C. (2009). *A Criança na Justiça – Trajetórias e Significados do Processo Judicial de Crianças Vítimas de Abuso Sexual Intrafamiliar*. Coimbra: Edições Almedina.

Ribeiro, M. & Sani, A. (2009). Risco, proteção e resiliência em situações de violência. *Revista da Faculdade de Ciências da Saúde*, 6, pp. 400-407.

Richman, J. & Fraser, M. (2001). *The context of youth violence - resilience, risk and protection*. Westport: Praeger.

Rodin, D. & Stewart, D. (2012). Resilience in elderly survivors of child maltreatment. *Sage Publications*, 2(2), pp. 1-9.

Rutter, M. (1989). Intergenerational continuities and discontinuities in serious parenting difficulties. Cicchetti, D. & Carlson, V. (Eds.). *Child maltreatment: theory and research on the causes and consequences of child abuse and neglect*. United Kingdom: Cambridge University Press.

Sani, A. (2006). Vitimação indireta de crianças em contexto familiar. *Análise Social*, 41(180), pp.849,864.

Santos, R. (2008). *Caracterização da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Maia – Análise dos Processos Instaurados em 2006*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.

Sapienza, G. & Pedromônico, M. (2005). Risco, Proteção e Resiliência no Desenvolvimento da Criança e do Adolescente. *Psicologia em Estudo*, 10(2), pp. 209-216.

Sierra, V. & Mesquita, W. (2006). Vulnerabilidades e Fatores de Risco na Vida de Crianças e Adolescentes. *São Paulo em Perspetiva*, 20(1), pp. 148-155.

Slap, G. (2001). Conceitos atuais, aplicações práticas e resiliência no novo milénio. *Adolescência Latinoamericana*, 2(3), pp. 173-176.

Starr, R. (1988). *Physical abuse of children. Handbook of Family Violence*. New York: Plenum Press.

Tomás, C. & Fonseca, D. (2004). Crianças em perigo: o papel das comissões de proteção de menores em Portugal. *Dados Revista de Ciências Sociais*, 47(002), pp.383-408.

Vala, J. (1986). Análise de conteúdo. Silva, A. & Pinto, J. *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento, pp 101-127.

Wagnild, G. & Young, H. (1993). Development and psychometric evaluation of the resilience scale. *Journal of Nursing Measurement*, 1(2), pp. 165-178.

Werner, E. (2011). Protective Factors and Individual Resilience. Meisels, S. & Shonkoff, J. (Eds.). *Handbook of early Childhood Intervention*. New York: Cambridge University Press.

Wolf, D. (1987). *Child abuse: implications for child development and psychopathology*. London: Sage Publications.

Yunes, M. (2003). Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, 8 (número especial), pp.75-84.

ANEXOS

**Anexo A – Pedido de Autorização dirigido à Presidente da CPCJ da Póvoa de
Varzim**

Exma. Sr.^a Dr.^a Lucinda Delgado

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

Póvoa de Varzim

Porto, 22 de Abril de 2013

Assunto: Solicitação de colaboração para efeitos de investigação.

No seguimento dos trabalhos a desenvolver no âmbito do Mestrado em Psicologia Jurídica na Universidade Fernando Pessoa e sob orientação da Professora Doutora Sónia Caridade, venho por este meio solicitar colaboração na realização do estudo intitulado de “Caracterização da Abordagem dos Técnicos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens face à situação de perigo”.

O presente estudo tem por objetivo geral analisar e caracterizar a abordagem que o técnico da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens privilegia na intervenção, assim como conhecer os fatores de risco e de proteção mais identificados em crianças/jovens e respetiva família e analisar a importância dos mesmos no plano de intervenção. Efetivamente, a tendência dominante na investigação das crianças e jovens em risco parece ser a de se estudar e tratar, de maneira sistemática e separada, diversos fatores de risco. Contudo, a literatura, desde finais dos anos 80, tem vindo a estudar os fatores de proteção e a salientar a sua importância na proteção e promoção dos direitos das crianças e jovens.

Os dados serão analisados e interpretados no conjunto e a recolha dos mesmos será realizada no âmbito da situação supracitada, sempre que os participantes a autorizarem, pelo que a CONFIDENCIALIDADE e o ANONIMATO serão sempre garantidos (cf. consentimento informado em anexo).

Pretendíamos, caso autorizem, iniciar a recolha de dados assim que seja possível, com total disponibilidade de horários, certos de que a investigação proposta servirá, também, os interesses da CPCJ, sendo que os resultados obtidos serão necessariamente apresentados à instituição, reafirmando a sua não divulgação, para além da discussão académica, sem prévia autorização formal da CPCJ.

Junto anexo o projeto de investigação e respectivos instrumentos de recolha de dados para melhor apreciação.

Ficamos a aguardar uma resposta, na expectativa de que a mesma seja favorável.

Vera Neiva

Estagiária

Lucinda Delgado, Dra.

Presidente da CPCJ da Póvoa de Varzim

Anexo B – Protocolo de Investigação

1. Justificação do Tema

A família é o principal responsável pelo cumprimento e promoção dos direitos da criança contudo, caso esta não os satisfaça, compete ao Estado e à sociedade intervir. Muitas têm sido as instituições que apoiam crianças vítimas de maus-tratos e trabalham para cessar o perigo existente (Ferreira, 2010); uma dessas instituições é a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens cuja unidade territorial de intervenção é local.

No que diz respeito ao maltrato, este é o resultado de vários fatores que interagem dentro e fora do sistema familiar; resulta de um intercâmbio dinâmico entre as condições individuais e sociais, as características e circunstâncias prévias dos pais, as características das crianças e a sua capacidade de adaptação. Trata-se, portanto, de um fenómeno multicausal (Fonseca, 2004; De Antoni, 2007).

A tendência dominante na investigação das crianças e jovens em risco parece ser a de se estudar e tratar, de maneira sistemática e separada, diversos fatores de risco. Contudo, a literatura, desde finais dos anos 80, tem vindo a estudar os fatores de proteção e a salientar a sua importância na proteção e na promoção dos direitos das crianças e dos jovens (Santos, 2008).

Foi a partir desta ideia que surgiu o interesse de perceber e caracterizar a abordagem dos técnicos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens face à situação de perigo, sendo que essa percepção se revela de extrema importância para introduzir melhorias nas formas de atuar. Com esse objetivo geral, este estudo tem em consideração algumas das investigações que têm vindo a salientar que, para uma melhor intervenção, se torna necessário ter em conta, não só os fatores de risco, de forma a eliminá-los, mas também de proteção, para os poder potenciar. Mais especificamente, pretendemos analisar e caracterizar a abordagem efetuada pelos técnicos da Comissão de Proteção de Crianças e

Jovens; conhecer os fatores de risco e de proteção mais identificados em crianças vítimas de maus-tratos; analisar a importância dada aos fatores de risco e de proteção no plano de intervenção.

2. Desenho de estudo

Trata-se de um estudo que segue um desenho exploratório, descritivo, transversal, observacional e baseado na técnica da entrevista, tendo como principal objetivo caracterizar a abordagem que o técnico da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens privilegia na intervenção, procurando perceber a importância dada aos fatores de risco e de proteção.

3. Participantes

A amostra usada será de conveniência e será constituída por técnicos que integram a Comissão Restrita da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Póvoa de Varzim. Como critérios de inclusão da amostra definimos a experiência profissional sendo que, só integrarão a amostra, técnicos que tenham pelo menos um ano de trabalho efetivo na Comissão. Procurar-se-á ainda incluir técnicos com formação superior, atendendo à multidisciplinaridade inerente a estas equipas de trabalho.

Para a análise documental considerar-se-ão, como critérios de inclusão, os processos de promoção e proteção da CPCJ da Póvoa de Varzim, no período compreendido entre 2011 e 2012, nos quais já tenha sido aplicada alguma medida de promoção e proteção.

4. Material

Para a recolha de dados utilizar-se-á uma grelha de registo, um questionário e o guião de uma entrevista semiestruturada e semidiretiva.

A grelha de registo que irá apoiar e organizar a informação obtida através da análise documental irá contemplar vários itens, nomeadamente: data de abertura, data de arquivo, motivo do arquivo, entidade sinalizadora e a modalidade de contacto, sexo da criança/jovem, data de nascimento, caracterização da situação da criança/escolar, tipologia de ensino, agregado familiar, número de irmãos, poder paternal, rendimentos, tipo de habitação, localização, problemática existente, fatores de proteção e de risco, medida(s) de promoção e proteção aplicada(s).

Apesar da informação obtida na grelha de registo estar muito dependente do carácter interpretativo do investigador e da subjetividade, este instrumento permite recolher dados de uma forma organizada e estruturada, permite estudar uma grande variedade de fenómenos sem interferir no grupo, é bastante útil em situações de comunicação impossível e exige menos do investigador. Contudo, é preciso ter em conta que processos mal organizados, imprecisos e com falta de informação poderão limitar o estudo.

Relativamente ao guião da entrevista semiestruturada e semidiretiva, este está organizado da seguinte forma: dinâmica de funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; intervenção; realização e satisfação pessoal no desempenho das funções na Comissão. De modo a obter a informação sociodemográfica dos participantes será construído e administrado um questionário. Considera-se pertinente a realização de um pré-teste com técnicos que integrem a CPCJ da Póvoa de Varzim de modo a evitar a utilização de termos não compreensíveis e/ou providos de equívocos, e certificarmo-nos de que as questões estão bem estruturadas para recolher a informação desejada e não apresentam ambiguidade.

5. Procedimentos

Numa primeira etapa será efetuado um pedido de autorização junto da Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Póvoa de Varzim, remetendo-se para o efeito o protocolo de investigação. Uma vez obtido o parecer, proceder-se-á à análise documental dos processos da CPCJ da Póvoa de Varzim, no período compreendido entre 2011 e 2012. A recolha de informação realizada através da análise documental será apoiada por uma grelha de registo construída para o efeito, que permitirá uma maior organização e esquematização da informação.

Seguidamente será conduzida uma entrevista semiestruturada e semidiretiva aos técnicos que integram a CPCJ da Póvoa de Varzim. De modo a garantir a livre participação dos mesmos será apresentada uma declaração de consentimento informado. Após os participantes estarem cientes dos propósitos e termos em que decorrerá o presente estudo, dos limites da confidencialidade, tendo-lhes sido prestados todos os esclarecimentos e aceitarem participar de forma voluntária poder-se-á prosseguir com a condução da entrevista semiestruturada e semidiretiva.

Procurar-se-ão garantir as questões de anonimato e confidencialidade de todos os participantes, sendo que os dados serão apenas analisados pelos investigadores responsáveis pelo projeto.

A análise dos dados obtidos através da grelha de registo e do inquérito será realizada com o recurso ao programa estatístico IBM SPSS Statistics 22 e proceder-se-á à análise do conteúdo das entrevistas semiestruturadas e semidiretivas.

6. Recursos

Ao longo da investigação será necessária a utilização de uma sala provida de computador com o programa estatístico IBM SPSS Statistics 22 de modo a garantir a

análise documental dos processos da CPCJ da Póvoa de Varzim e a análise da informação sociodemográfica obtida através do inquérito. Será ainda necessária uma sala para conduzir as entrevistas semiestruturadas aos técnicos da mesma Comissão.

7. Calendarização

Proceder-se-á à análise documental dos processos da CPCJ da Póvoa de Varzim, no período compreendido entre 2011 e 2012, durante o mês de Março e Abril. Paralelamente, conduzir-se-ão as entrevistas semiestruturadas e semidiretivas aos técnicos que integram a mesma CPCJ e aceitem de forma voluntária participar no estudo, assim como serão aplicados os questionários para obtenção de informação sociodemográfica.

A informação obtida através da grelha de registo e do inquérito será analisada através do programa estatístico IBM SPSS Statistics 22 durante o mês de Maio. A análise do conteúdo das entrevistas semiestruturadas e semidiretivas será efetuado durante o mês de Junho.

Anexo C – Grelha de registo para análise documental (elaborado para o efeito)

Ano	1) 2011 2) 2012
Processo	____/____
Data de abertura	____.____.____
Estado	1) Ativo 2) Arquivado 3) Tribunal 4) Outra CPCJ 5) Outro
Motivo de arquivamento	1) Ausência da situação de perigo 2) Finalização do prazo/prorrogação da medida 3) Revisão da decisão que ponha termo à medida 4) Jovem atinge maioridade ou 21 anos 5) Outro 6) Não se aplica
Reabertura	1) Sim 2) Não
Sinalização	1) Estabelecimento de ensino 2) Estabelecimento de Saúde 3) Autoridade Policial 4) Pais/Mãe/Pai 5) CPCJ 6) Anónimo 7) Ministério Público 8) Vizinhos e Particulares 9) Familiares 10) Projetos 11) IPSS 12) Tribunal 13) Instituição de Acolhimento 14) Próprio 15) EMAT 16) Serviços Segurança Social 17) Outro 18) Sem informação
Contacto	1) Presencial 2) Por telefone 3) Por escrito 4) Sem informação
Sexo	1) Masculino 2) Feminino

Caracterização da abordagem dos técnicos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens face
à situação de perigo

Data de nascimento	___. ___. ____
Agregado	1) Ambos os pais biológicos 2) Mãe biológica 3) Pai biológico 4) Ambos aos pais adotivos 5) Mãe adotiva 6) Pai adotivo 7) Avós maternos 8) Avós paternos 9) Tios maternos 10) Tios paternos 11) Irmão(s) 12) Pessoa de referência sem laço de parentesco 13) Madrinha 14) Madrasta 15) Padrinho 16) Padrasto 17) Vizinhos 18) Instituição de acolhimento 19) Família de acolhimento 20) Instituição hospitalar 21) Jovem a viver em união de facto 22) Criança/jovem a viver sozinho 23) Criança/jovem a viver com pares 24) Outro 25) Sem informação
Irmãos	1) Sim 2) Não
Número de irmãos	_____
Poder paternal	1) Pais 2) Mãe 3) Pai 4) Outro 5) Sem informação

Caracterização da situação da criança/escolar	1) Em casa com mãe/pai 2) Em casa com família alargada 3) Ama 4) Ensino pré-escolar 5) 1º Ciclo do Ensino Básico Incompleto 6) 1º Ciclo do Ensino Básico Completo 7) 2º Ciclo do Ensino Básico Incompleto 8) 2º Ciclo do Ensino Básico Completo 9) 3º Ciclo do Ensino Básico Incompleto 10) 3º Ciclo do Ensino Básico Completo 11) Ensino Secundário Incompleto 12) Ensino Secundário Completo 13) Frequência do Ensino Superior 14) Não frequenta 15) Sem informação	
Tipologia de ensino	1) Ensino Regular 2) Técnico Profissional 3) Regime educativo especial 4) Outro 5) Sem informação	
Rendimentos	1) Sim	2) Não
Rendimento do trabalho		
Rendimento social de inserção		
Subsídio de desemprego		
Pensão (social, invalidez, sobrevivência, ...)		
Outro(s)		
Sem informação		
Habitação	1) Casa própria 2) Casa arrendada 3) Apartamento/Andar próprio 4) Apartamento/andar arrendado 5) Quarto 6) Parte de casa 7) Tenda/roulotte 8) Barraca 9) Sem habitação 10) Outro 11) Sem informação	

Caracterização da abordagem dos técnicos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens face à situação de perigo

Localização	1)Aguçadoura 2) Amorim 3) Argivai 4) Aver-o-Mar 5) Balasar 6) Beiriz 7) Estela 8) Laúndos 9) Navais 10) Póvoa de Varzim 11) S. Pedro de Rates 12)Terroso		
Problemática	1) Presente	2) Ausente	
Abuso sexual			
Pornografia infantil			
Prostituição infantil			
Abandono			
Exposição a modelos de comportamento desviante			
Comportamento desviante			
Álcool			
Droga/estupefaciente			
Exploração do trabalho infantil			
Mendicidade			
Maus tratos físicos			
Maus tratos psicológicos			
Exercício abuso de autoridade			
Negligência			
Problemas de saúde			
Absentismo			
Baixo aproveitamento escolar			
Violência doméstica			
Rendimentos baixos/inexistentes			
Outro(s)			
Sem informação			
Fatores	1) F. Proteção	2) F. Risco	3) Sem Informação
Histórico familiar			
Capacidade e autonomia			
Relacionamento/funcionamento familiar			
Educação parental			
Estabelecimento de regras e limites			
Cuidados básicos			
Afetividade			

Caracterização da abordagem dos técnicos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens face
à situação de perigo

Estimulação			
Segurança			
Desenvolvimento emocional e comportamental			
Saúde física			
Relacionamento/funcionamento social			
Integração social			
Recursos comunitários			
Situação profissional			
Situação escolar			
Rendimento familiar			
Condições habitacionais			
Nº elementos do agregado			
Outro			
Medida	1) Aplicada	2) Não aplicada	
Apoio junto dos pais			
Apoio junto de outro familiar			
Confiança a pessoa idónea			
Apoio para a autonomia de vida			
Acolhimento familiar			
Acolhimento em instituição			

Anexo D – Declaração de consentimento informado

Esta investigação surge no âmbito do Mestrado de Psicologia Jurídica da aluna Vera Neiva, da Universidade Fernando Pessoa, sob orientação da Professora Doutora Sónia Caridade.

Com este estudo pretende-se conhecer o tipo de intervenção realizado pelo técnico da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Para tal, pedimos-lhe que responda à seguinte entrevista constituída por três etapas: dinâmica de funcionamento da CPCJ, intervenção, obstáculos e desafios. A entrevista terá uma duração aproximada de 20 minutos.

Garantimos o anonimato da sua participação e a confidencialidade da informação fornecida. Não existem respostas certas ou erradas, apenas estamos interessados na sua opinião. A participação não é remunerada e tem o direito de recusar, em qualquer momento, a sua participação sem que isso acarrete qualquer prejuízo pessoal.

Se entendeu os objetivos da entrevista e se lhe foram retiradas todas as dúvidas, caso aceite participar, deverá preencher o consentimento informado e, só depois, responder às perguntas.

Consentimento informado

Declaro ter sido informado(a) e estar ciente dos propósitos e termos em que decorrerá o presente estudo (ex.: objetivos, metodologia, duração do estudo), da participação voluntária no mesmo, dos limites da confidencialidade e das demais questões, tendo-me sido prestados todos os esclarecimentos que solicitei a participar de forma voluntária. Como tal, ao colocar uma cruz no quadrado que se segue, disponho-me a participar no mesmo e a responder de forma sincera.

☐

Data: __/__/__

Anexo E – Questionário sociodemográfico (elaborado para o efeito)

1. Caracterização Sociodemográfica

Sexo:

1.1. Masculino ☐

Feminino ☐

Data de nascimento:

1.2. ____/____/____

Habilitações literárias:

1.3. _____

Experiência profissional:

1.4. _____

Anos de trabalho na CPCJ da Póvoa de Varzim:

1.5. _____

Anexo F – Guião de entrevista semiestruturada e semidiretiva (elaborado para o efeito)

1. Dinâmica de funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

1.1. Qual o tempo médio que dedica por semana na CPCJ?

Que tipo de funções desenvolve na CPCJ?

1.2.

Como caracteriza a população alvo com a qual intervém?

1.3.

Assinale as problemáticas mais sinalizadas na CPCJ:

- | | | | | |
|------|--|--------------------------|----------------------------------|--------------------------|
| 1.4. | Abuso sexual | <input type="checkbox"/> | Mendicidade | <input type="checkbox"/> |
| | Pornografia infantil | <input type="checkbox"/> | Maus tratos físicos | <input type="checkbox"/> |
| | Prostituição infantil | <input type="checkbox"/> | Maus tratos psicológicos | <input type="checkbox"/> |
| | Abandono | <input type="checkbox"/> | Exercício de abuso de autoridade | <input type="checkbox"/> |
| | Exposição a modelos de comportamento desviante | <input type="checkbox"/> | Negligência | <input type="checkbox"/> |
| | Comportamento desviante | <input type="checkbox"/> | Violência doméstica | <input type="checkbox"/> |
| | Consumo excessivo de álcool | <input type="checkbox"/> | Problemas de saúde | <input type="checkbox"/> |
| | Consumo de droga | <input type="checkbox"/> | Abandono escolar/Absentismo | <input type="checkbox"/> |
| | Exploração do trabalho infantil | <input type="checkbox"/> | Carência socioeconómica | <input type="checkbox"/> |
| | Outro(s) | <input type="checkbox"/> | | |

Se assinalou “Outro(s)”, identifique quais são as outras problemáticas mais sinalizadas na CPCJ.

1.4.1.

Com que profissionais trabalha dentro da CPCJ?

- 1.5. Assistente social ☐ Médico(a)/Enfermeiro(a) ☐
Psicólogo(a) ☐ Autoridade policial ☐
Sociólogo(a) ☐ Jurista ☐
Professor(a) ☐ Outro(s) ☐

Se assinalou “Outro(s)”, identifique com que outros profissionais trabalha dentro da CPCJ.

1.5.1.

Articula com profissionais de outras instituições?

- 1.6. Sim ☐ Não ☐

Se respondeu sim à questão anterior, identifique quais os profissionais com os quais articula.

- 1.6.1. Assistente social ☐ Médico(a)/ Enfermeiro(a) ☐
Psicólogo(a) ☐ Autoridade policial ☐
Sociólogo(a) ☐ Jurista ☐
Professor(a) ☐ Outro(s) ☐

Se assinalou “Outro(s)”, identifique com que outros profissionais de outras instituições se articula.

1.6.2.

Indique o grau de importância da articulação com os seguintes profissionais:

1.7.

Assistente social	Elevada <input type="checkbox"/>	Alguma <input type="checkbox"/>	Moderada <input type="checkbox"/>	Reduzida <input type="checkbox"/>	Nenhuma <input type="checkbox"/>
Psicólogo(a)	Elevada <input type="checkbox"/>	Alguma <input type="checkbox"/>	Moderada <input type="checkbox"/>	Reduzida <input type="checkbox"/>	Nenhuma <input type="checkbox"/>
Sociólogo(a)	Elevada <input type="checkbox"/>	Alguma <input type="checkbox"/>	Moderada <input type="checkbox"/>	Reduzida <input type="checkbox"/>	Nenhuma <input type="checkbox"/>
Professor(a)	Elevada <input type="checkbox"/>	Alguma <input type="checkbox"/>	Moderada <input type="checkbox"/>	Reduzida <input type="checkbox"/>	Nenhuma <input type="checkbox"/>
Médico(a)	Elevada <input type="checkbox"/>	Alguma <input type="checkbox"/>	Moderada <input type="checkbox"/>	Reduzida <input type="checkbox"/>	Nenhuma <input type="checkbox"/>
Enfermeiro(a)	Elevada <input type="checkbox"/>	Alguma <input type="checkbox"/>	Moderada <input type="checkbox"/>	Reduzida <input type="checkbox"/>	Nenhuma <input type="checkbox"/>
Autoridade policial	Elevada <input type="checkbox"/>	Alguma <input type="checkbox"/>	Moderada <input type="checkbox"/>	Reduzida <input type="checkbox"/>	Nenhuma <input type="checkbox"/>
Jurista	Elevada <input type="checkbox"/>	Alguma <input type="checkbox"/>	Moderada <input type="checkbox"/>	Reduzida <input type="checkbox"/>	Nenhuma <input type="checkbox"/>
Outro(s)	Elevada <input type="checkbox"/>	Alguma <input type="checkbox"/>	Moderada <input type="checkbox"/>	Reduzida <input type="checkbox"/>	Nenhuma <input type="checkbox"/>

Com que outras instituições se articula ou estabelece colaboração no âmbito das
suas funções?

1.8.

CPCJ	<input type="checkbox"/>	IPSS	<input type="checkbox"/>
Estabelecimentos de ensino	<input type="checkbox"/>	Projetos	<input type="checkbox"/>
Estabelecimentos de saúde	<input type="checkbox"/>	EMAT	<input type="checkbox"/>
Ministério Público	<input type="checkbox"/>	Segurança Social	<input type="checkbox"/>
PSP/GNR	<input type="checkbox"/>	Outro(s)	<input type="checkbox"/>

Se assinalou “Outro(s)”, identifique com que outras instituições se articula ou
estabelece colaboração no âmbito das suas funções.

1.8.1.

Indique o grau de importância da articulação e/ou colaboração, no âmbito das
suas funções, em relação às seguintes instituições:

1.8.2.

CPCJ	Elevada <input type="checkbox"/>	Alguma <input type="checkbox"/>	Moderada <input type="checkbox"/>	Reduzida <input type="checkbox"/>	Nenhuma <input type="checkbox"/>
Est. de ensino	Elevada <input type="checkbox"/>	Alguma <input type="checkbox"/>	Moderada <input type="checkbox"/>	Reduzida <input type="checkbox"/>	Nenhuma <input type="checkbox"/>
Est. de saúde	Elevada <input type="checkbox"/>	Alguma <input type="checkbox"/>	Moderada <input type="checkbox"/>	Reduzida <input type="checkbox"/>	Nenhuma <input type="checkbox"/>
MP	Elevada <input type="checkbox"/>	Alguma <input type="checkbox"/>	Moderada <input type="checkbox"/>	Reduzida <input type="checkbox"/>	Nenhuma <input type="checkbox"/>
GNR/PSP	Elevada <input type="checkbox"/>	Alguma <input type="checkbox"/>	Moderada <input type="checkbox"/>	Reduzida <input type="checkbox"/>	Nenhuma <input type="checkbox"/>
IPSS	Elevada <input type="checkbox"/>	Alguma <input type="checkbox"/>	Moderada <input type="checkbox"/>	Reduzida <input type="checkbox"/>	Nenhuma <input type="checkbox"/>
Projetos	Elevada <input type="checkbox"/>	Alguma <input type="checkbox"/>	Moderada <input type="checkbox"/>	Reduzida <input type="checkbox"/>	Nenhuma <input type="checkbox"/>
EMAT	Elevada <input type="checkbox"/>	Alguma <input type="checkbox"/>	Moderada <input type="checkbox"/>	Reduzida <input type="checkbox"/>	Nenhuma <input type="checkbox"/>
Segurança social	Elevada <input type="checkbox"/>	Alguma <input type="checkbox"/>	Moderada <input type="checkbox"/>	Reduzida <input type="checkbox"/>	Nenhuma <input type="checkbox"/>
Outro(s)	Elevada <input type="checkbox"/>	Alguma <input type="checkbox"/>	Moderada <input type="checkbox"/>	Reduzida <input type="checkbox"/>	Nenhuma <input type="checkbox"/>

Indique o grau de importância do trabalho multidisciplinar desenvolvido na
CPCJ.

1.9.

Sem importância <input type="checkbox"/>	Pouco importante <input type="checkbox"/>	Moderado <input type="checkbox"/>	Importante <input type="checkbox"/>	Muito importante <input type="checkbox"/>
---	--	--------------------------------------	--	--

Fundamente o grau de importância atribuído ao trabalho multidisciplinar desenvolvido na CPCJ.

1.9.1.

2. Características da Intervenção

Assinale quais dos seguintes indicadores considera mais relevantes analisar/identificar aquando da avaliação dos processos.

- | | | | |
|--|--------------------------|--|--------------------------|
| Histórico familiar | <input type="checkbox"/> | Saúde física | <input type="checkbox"/> |
| Capacidade e autonomia | <input type="checkbox"/> | Relacionamento/funcionamento social | <input type="checkbox"/> |
| Relacionamento/funcionamento familiar | <input type="checkbox"/> | Integração social | <input type="checkbox"/> |
| Educação parental | <input type="checkbox"/> | Recursos comunitários | <input type="checkbox"/> |
| 2.1. Estabelecimento de regras e limites | <input type="checkbox"/> | Situação profissional | <input type="checkbox"/> |
| Cuidados básicos | <input type="checkbox"/> | Situação escolar | <input type="checkbox"/> |
| Afetividade | <input type="checkbox"/> | Rendimento familiar | <input type="checkbox"/> |
| Estimulação | <input type="checkbox"/> | Condições habitacionais | <input type="checkbox"/> |
| Segurança | <input type="checkbox"/> | Número de elementos do agregado familiar | <input type="checkbox"/> |
| Desenvolvimento emocional e comportamental | <input type="checkbox"/> | Outro(s) | <input type="checkbox"/> |

Se assinalou “Outro(s)”, identifique quais são os outros indicadores que considera mais relevantes analisar/identificar aquando da avaliação dos

2.1.1. processos.

Justifique as opções assinaladas nas questões 2.1. e 2.1.1.

2.1.2.

Indique, numa escala de 0 a 10 (sendo 0 nenhuma importância e 10 muita importância) qual o grau de importância que dedica aos fatores de proteção da criança/jovem e respetiva família ao longo da intervenção.

2.2.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Com base na sua experiência, quais são os fatores de proteção, presentes na criança/jovem e respetivo agregado familiar, que considera serem mais relevantes? Fundamente a sua resposta.

2.2.1

Indique, numa escala de 0 a 10 (sendo 0 nenhuma importância e 10 muita importância) qual o grau de importância que dedica aos fatores de risco da criança/jovem e respetiva família ao longo da intervenção.

2.3.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

2.3.1. Com base na sua experiência, quais são os fatores de risco, presentes na criança/jovem e respetivo agregado familiar, que considera serem mais relevantes? Fundamente a sua resposta.

Entendendo a *resiliência* como a capacidade de um indivíduo enfrentar adversidades sem se sucumbir a elas, considera que a presença desta característica é fundamental, nas crianças/jovens e/ou respetivos agregados familiares, de modo a se verificar o sucesso da intervenção? Fundamente a sua resposta.

2.4.

2.5. Quais das seguintes características considera estarem presentes na CPCJ da Póvoa de Varzim?

Boas instalações	<input type="checkbox"/>	Comunicação aberta	<input type="checkbox"/>
Apoio financeiro	<input type="checkbox"/>	Respeito	<input type="checkbox"/>
Apoio administrativo	<input type="checkbox"/>	Tolerância aos conflitos	<input type="checkbox"/>
Técnicos profissionalizados	<input type="checkbox"/>	Empatia com os utentes	<input type="checkbox"/>
Oferta de informação	<input type="checkbox"/>	Garantia de privacidade	<input type="checkbox"/>
Outra(s)	<input type="checkbox"/>		

Se assinalou “Outra(s)”, identifique quais são as outras características que considera estarem presentes na CPCJ da Póvoa de Varzim.

2.5.1.

3. Obstáculos e desafios presentes no trabalho desenvolvido na CPCJ

Quais os obstáculos e/ou desafios com que se depara no trabalho desenvolvido na CPCJ?

3.1.

Como lida com esses obstáculos e/ou desafios?

3.2.
